



Autor: Lima Barreto (1881 – 1922)

1. SOBRE O AUTOR

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1881, filho do tipógrafo João Henriques e da professora Amália Augusta, ambos mulatos. Seu padrinho era o Visconde de Ouro Preto, senador do Império. A mãe, escrava liberta, morreu precocemente, quando o filho tinha seis anos. A abolição da escravatura ocorreu em 1888, no dia de seu aniversário de sete anos, mas as marcas desse período, o preconceito racial e a difícil inserção de negros e mulatos na sociedade brasileira nunca deixaram de ocupar o centro de sua obra literária. Lima Barreto ingressou, em 1897, na Escola Politécnica do largo do São Francisco, no Centro do Rio, e iniciou o curso de engenharia civil. Foi o momento em que travou contato com o positivismo, para logo com ele se incompatibilizar, identificando-o como suporte filosófico do regime republicano que tanto execrava. Durante o período em que frequentou a Politécnica, escreveu para o jornal estudantil *A Lanterna*, destinado a tratar dos temas de interesse dos estudantes dos cursos superiores do Rio de Janeiro. Mesmo sob a sombra de um pseudônimo, seus artigos, logo identificados, agradaram ao público.

Foi esta, para Lima Barreto, a época em que descobriu a cidade: frequentou cafés, teatros, reuniões políticas e a boemia carioca. Almejava ser engenheiro, mas, em 1903, com os problemas mentais que seu pai começa a apresentar, viu-se obrigado a deixar a faculdade. É nomeado amanuense na Diretoria de Expediente da Secretaria de Guerra. Entregou-se à boemia e ao alcoolismo, que o levaram a padecer de graves problemas de saúde. Em 1905, numa rápida passagem pela revista *Fon-Fon*, publicou artigos sobre literatura brasileira e estrangeira. Em 1906, tira sua primeira licença para tratamento de saúde. Em 1907, funda a revista *Floreal*. A revista, apesar de ter desaparecido em 1908, com apenas quatro números publicados, chamou a atenção de José Veríssimo, então figura de grande prestígio intelectual, que a elogiou em artigo no *Jornal do Comércio*. Na *Floreal*, além da crítica literária, que procurava expressar posição em face das novas estéticas surgidas em decorrência da agonia do simbolismo, havia artigos de cunho político, que davam voz aos movimentos socialista e operário. Em 1909, Lima Barreto publica o romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, seu romance de estreia. No romance, o jornal *Correio da Manhã* e seu diretor de redação são retratados de maneira impiedosa, e Lima Barreto tem então seu nome proscrito na grande imprensa carioca. Entre 1910 e 1911, publicou na imprensa aqueles que foram considerados seus melhores contos: *O homem que sabia javanês* e *A nova Califórnia*. Exemplos de crítica social exacerbada, repleta de ironia panfletária, os dois contos denunciavam os falsos valores das elites política e intelectual, sua torpeza e sua ingenuidade cínica, quando se tratava de abrir mão de convicções em nome de interesses puramente pessoais. Já em 1911, em formato de folhetim, nas páginas do *Jornal do Comércio*, publica *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, que se torna sua obra mais célebre, editada em livro apenas quatro anos depois. Por essa época, já são agudas as crises do escritor relacionadas ao alcoolismo e à depressão que provocam sua primeira internação no hospício, em 1914. *Numa e a Ninfa* foi o terceiro romance de Lima Barreto publicado e, tal como Policarpo, saiu inicialmente em folhetins, no jornal *A Noite*, a partir de 15 de março de 1915. Policarpo havia sido publicado em folhetins na edição da tarde do *Jornal do Comércio*, em 1911.

No mesmo ano de 1917, em que *Numa e a Ninfa* foi publicado em livro, publica-se também a 2ª edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. De volta à atividade literária, em 1916, passa a colaborar em periódicos de viés socialista. Apesar de sua simpatia ao anarquismo, seus textos de teor político são também publicados na imprensa tradicional. Passados quatro anos dessa primeira internação, seus problemas de saúde persistem e Lima Barreto aposenta-se, por invalidez, do cargo na Secretaria de Guerra. No ano seguinte, 1919, é publicado seu romance *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*. Os períodos de internação no hospício resultam na composição de diversos diários e no romance inacabado *O Cemitério dos Vivos*, que tem trechos publicados em 1921, mesmo ano em que o autor apresenta sua terceira candidatura à Academia Brasileira de Letras (nas duas tentativas anteriores, é preterido; nesta última, o próprio escritor desiste antes das eleições). Com a saúde cada vez mais debilitada, Lima Barreto falece em 1º de novembro de 1922, vítima de insuficiência cardíaca. Postumamente, foram publicadas as seguintes obras: os romances *Clara dos Anjos* (1948) e *O Cemitério dos vivos* (1956); as sátiras *Aventuras do Dr. Bogóloff* (s.d.) e *Os Bruzundangas* (1922); as coletâneas de artigos e crônicas *Feiras e mafuás* (1953); *Marginália* (1953) e *Vida urbana* (1956), e as memórias *Diário íntimo* (1953). As obras de Lima Barreto, principalmente *Triste fim de Policarpo Quaresma*, foram traduzidas para vários idiomas, destacando-se o tcheco, o japonês e o húngaro.

Afonso Henriques de Lima Barreto foi um desses autores, que enxergaram o Brasil de uma maneira muito própria. Com uma biografia cheia de percalços, não obteve o reconhecimento da sua obra ainda em vida. Lima Barreto, assim como Benevenuto, personagem de *Numa e a Ninfa* que transita entre diferentes grupos, fora um deslocado entre ideologias e regimes políticos.



2. OBRAS DO AUTOR

- *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Lisboa: Clássica Editora, 1909 (romance).
- *As aventuras do Dr. Bogóloff*. Publicação semanal às terças-feiras. Rio de Janeiro: Edição de A. Reis & C., 1912 (narrativas humorísticas).
- *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1915 (romance).
- *Numa e a Ninfa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1915 (romance).
- *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919 (romance).
- *Histórias e sonhos*. Rio de Janeiro: Editora Gianlorenzo Schettino, 1920 (contos).

Publicações Póstumas

- *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1922 (sátira).
- *Bagatelas*. Rio de Janeiro: Empresa de Romances Populares, 1923 (crônicas).
- *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Mérito, 1948 (romance).
- *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Mérito, 1953 (artigos e crônicas).
- *Marginália*: impressões de leitura, mágoas e sonhos do povo. São Paulo: Mérito, 1953 (crônicas).
- Três contos: *O homem que sabia javanês*; *Cló*; *A nova Califórnia*. Ilustrações de Cláudio Correia de Castro. Rio de Janeiro: Cem Bibliófilos do Brasil, 1955.
- *Coisas do reino do jambom*: sátira e folclore. Prefácio de Olívio Montenegro. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- *Vida Urbana*. Prefácio de Antonio Houaiss. São Paulo: Brasiliense, 1956 (artigos e crônicas).
- *A nova Califórnia e outros contos*. Seleção, apresentação e notas de Flávio Moreira da Costa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renavan, 1994.
- *O subterrâneo do Morro do Castelo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1999 (novela).
- *Lima Barreto*: toda crônica. vol. II. Organização de Beatriz Resende e Raquel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- *Contos reunidos*. Organização de Oseias Silas Ferraz. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.
- *Contos completos de Lima Barreto*. Organização e introdução de Lilia Moritz Schwarz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Não Ficção

- O destino da literatura. In: *Revista Souza Cruz*, outubro-novembro de 1921.
- *Diário íntimo*. São Paulo: Mérito, 1953 (memórias).
- *O cemitério dos vivos*. Prefácio de Eugênio Gomes. São Paulo: Brasiliense, 1956 (memórias).
- *Correspondência*. Prefácio de Antonio Noronha Santos. São Paulo: Brasiliense, vol. II, 1956.
- *Impressões da Leitura*. Prefácio de Manoel Cavalcanti Proença. São Paulo: Brasiliense, 1956 (crítica).
- *Um longo sonho do futuro*: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

Antologias

- *Literatura e afrodescendência no Brasil*: antologia crítica. Organização de Eduardo de Assis Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, vol. 1, Precursores.

3. CONTEXTO LITERÁRIO

O Pré-Modernismo é o período de transição que vai do início do século XX à Semana de Arte Moderna (1922). Pré-modernistas seriam as obras que fugiram dos esquemas rígidos da tradição e problematizaram a sociedade e a literatura do tempo, antecipando, com isso, as conquistas do Modernismo. *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Canaã*, de Graça Aranha, marcam o início de semelhante postura. Ambos foram publicados em 1902. As derradeiras décadas do século XIX e as primeiras do século XX constituem um período conturbado para o Brasil. Sua política pode ser dividida em dois momentos: a República da Espada (governos militaristas, de 1889 a 1894) e a República Café com Leite (oligarquia civil oriunda da cultura do café e do gado, de 1894 a 1930). Neste período, houve a grande crise econômica do Encilhamento e várias rebeliões populares. Mas, como nem todos podiam ser controlados, o início da República foi marcado pela revolta e pela luta armada: na Bahia, a Guerra de Canudos (1896-1897); no Rio de Janeiro, a Revolta da Vacina (1903); ainda no Rio de Janeiro, a Revolta da Chibata (1910); em Santa Catarina, a Guerra do Contestado (1912 a 1916), Apesar do quadro histórico descrito anteriormente, poucos foram os literatos que observaram criticamente a realidade da época. A grande maioria repetia o que se fazia na Europa e cultivava o beletismo, frequentando cafés (ponto de encontro dos intelectuais) e buscando prestígio social através da literatura. Repetiam-se os padrões da estética parnasiana e simbolista e preocupava-se mais com a maneira de dizer do que com o que havia de ser dito. Dessa forma,

o que se produziu em literatura pouco ou nada tinha que ver com a realidade social brasileira. Lima Barreto, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, fugindo à regra, foram escritores que viram com olhos críticos a realidade nacional, construindo uma obra renovadora. Na poesia, destacou-se Augusto dos Anjos. Outros escritores também merecem ser mencionados: Graça Aranha, Valdomiro Silveira e Simões Lopes Neto. Os dois últimos são considerados precursores do moderno regionalismo brasileiro, e Graça Aranha não se notabilizou apenas por romper com a Academia Brasileira de Letras, ao aderir ao movimento modernista de 22, mas também por ter escrito uma das obras que assinalam o início de uma literatura menos alienada: *Canaã*.

Alguns escritores da época, fugindo àquela atitude diletante, realizaram obras de inestimável importância no tocante à interpretação da realidade brasileira. Em um momento em que uma apatia pesada parecia dominar as letras nacionais, lançaram escritos que, se não chegaram a despertar a todos, pelo menos fizeram com que os brasileiros mais conscientes voltassem a atenção para os problemas sociais que afligiam o país. São os pré-modernistas. Abriram caminho para o reencontro dos brasileiros com o Brasil, o que se concretizou ao tempo do Modernismo.

O Pré-Modernismo apresentou, de um lado, o romance social da Graça Aranha e Lima Barreto, este, revelando o subúrbio carioca com seus modestos habitantes (pequenos funcionários públicos, militares aposentados, marginais etc.) e aquele, os problemas de integração dos imigrantes alemães em nosso meio. De outro lado, os regionalistas como Afonso Arinos, Simões Lopes Neto e outros, que, superando o idealismo e o pitoresco da fase romântica, procura apreender as peculiaridades que os grupos sociais de certas regiões apresentavam. Principalmente a sua linguagem típica, em virtude da qual adquire o regionalismo maior autenticidade e força expressiva. Tivemos ainda a extraordinária obra de Euclides da Cunha: *Os Sertões*, talvez uma das maiores obras de interpretação da realidade nacional.

4. INTRODUÇÃO

Numa e a Ninfa nasceu como conto antes de vir a público como folhetim, sendo depois publicado no formato de livro. Inicialmente, um conto intitulado *Numa e a Ninfa* foi publicado em 3 de junho de 1911 na *Gazeta da Tarde*. No ano seguinte, em 1912, o autor publicaria em fascículos o conto *Aventuras do Dr. Bogóloff*. Esses dois contos constituíram o núcleo central do romance *Numa e a Ninfa*, cujos dez capítulos foram escritos em curto período de tempo, tal como registrado no diário íntimo do escritor:

“O romance *Numa e a Ninfa* foi escrito em vinte e cinco dias, logo que saí do hospício. Não copiei sequer um capítulo. Eu tinha pressa de entregá-lo, para ver se o Marinho me pagava logo, mas não foi assim e recebi o dinheiro aos poucos. Escrevi-o em outubro de 1914. O Marinho era o diretor da *A Noite*.” (Barreto, 1956:182).

Em 1915, Lima Barreto publicou seu folhetim *Numa e a Ninfa* no jornal *A Noite*. A narrativa se revelara um dos mais plenos retratos caricaturais da política republicana que se instalara então no Brasil. O enredo denunciava, sob o viés de uma sugestão irônica, os vícios da sociedade que se adaptava ao novo sistema de então. Seus personagens e suas relações sociais, tais como apresentados pelo narrador, revelam que a suposta participação popular – entendendo aqui o significado de República como “coisa do povo” – era eclipsada por práticas que visavam à vantagem pessoal, e não a do coletivo.

Buscando analisar o jogo político expresso na obra e as transformações sociais e históricas pelas quais passava o Rio de Janeiro, capital da Primeira República, o romance revela ao leitor um Rio de Janeiro em transformação, que tem a beleza natural da mata atlântica a conviver com as habitações, o caminho trilhado pelo bonde ao subir Santa Teresa e atravessar o centro, o percurso das águas na Cidade Nova. Essas diferentes paisagens emolduram o cenário no qual acontecem os relacionamentos entre os personagens da trama, as reuniões em cafés para a discussão política, as manifestações e os cortejos de homenagem. Todos esses fatos estão intimamente ligados à paisagem humana, social e geográfica da cidade no período da República Velha.

Numa e a Ninfa é uma charge inclemente aos homens políticos do momento. Alguns deles, o leitor facilmente reconhecerá, apesar da máscara que Lima Barreto lhes afivelou ao rosto. O contexto histórico de representação da narrativa de *Numa e a Ninfa* tem por cenário o tumultuário ano eleitoral de 1910, o qual assinalou o retorno do Exército à esfera da política nacional, assinalado pela eleição de Hermes da Fonseca. O governo de Hermes da Fonseca enfrentou várias revoltas, como a do Contestado. O romance *Numa e a Ninfa* é o instrumento por meio do qual Lima Barreto participa do movimento da história, fazendo da sua arte uma forma de intervir no contexto em que vivia. Ao retratar o retorno dos militares ao poder na gestão de Hermes da Fonseca, o autor usa a ficção para destilar toda a sua crítica ao papel dos militares na Primeira República.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ENREDO

Narrado em terceira pessoa e dividida em 10 capítulos, a obra apresenta um narrador onisciente e interventivo que acompanha a trajetória de Numa Pompílio de Castro e sua esposa Edgarda. Residiam no bairro do Botafogo, no Rio de Janeiro. Numa era um jovem político sem brilho próprio, mas ambicioso; Edgarda, mulher astuta e não menos fascinada. Ambos eram arrivistas, buscando poder e ascensão social. Some-se ao casal, o primo e amante de Edgarda, que, embora não se envolva publicamente com política, assessora Edgarda na condução da carreira de Numa. Em torno desse núcleo central da obra, gravita um núcleo periférico desejoso também de alcançar posição social para obter as benesses da política republicana: Lucrecio Barba de Bode e Bogóloff. Nesse sentido, em *Numa e a Ninfa*, o narrador conta a fábula a partir de uma necessidade que se coloca a um deputado da recém-nascida República: fazer-se destacar no cenário político por meio de um pronunciamento no Congresso. Para que isso venha a acontecer, o deputado Numa Pompílio de Castro aceita que sua mulher o dirija intelectualmente, escrevendo seus discursos e fazendo alianças políticas.

6. O ENREDO

Capítulo 1

No início da obra, o narrador apresenta um cenário de tensão política. Em decorrência de um projeto de formação de um novo Estado na Federação, o estado de Guaxupé. O partido dominante, Republicano Radical, preocupava-se com o fato de, se caso o Estado surgisse, não conseguir sua representação no Senado e na Câmara. O narrador faz questão de identificar os chefes políticos mais influentes, mostrando como se



davam as escolhas dos políticos mais dependentes desses chefes. O personagem Bastos, “que tinha o domínio político do país, hesitava em contrariar francamente o projeto”, e, por isso, todos os seus aliados também se mostravam reticentes. No capítulo, há destaque para o loteamento de cargos, o apadrinhamento político, o jogo de interesses por trás da criação de um novo estado. Ainda no capítulo, o narrador nos apresenta o protagonista da obra: Numa Pompílio. Este é um deputado apagado, mais conhecido como “genro do Cogominho”. Era o deputado ideal, sempre votando com o líder, “Bastos”. Casara-se com Edgarda, filha do senador Cogominho. Observe o trecho:

“Nesses termos, o “apadrinhamento” transformou-se em um elemento importante para a reprodução da vida social da elite, tanto no que se refere à prosperidade econômica como aos arranjos políticos. Em *Numa e a Ninfa*, a “prática do apadrinhamento” transparece do seguinte modo: Numa Pompílio de Castro, chefe de polícia apaniguado de políticos importantes, tira vantagens da sua posição para realizar um casamento que convenha às suas pretensões de mobilidade social. O governador via com bons olhos a aproximação dos dois [Numa e Edgarda] e pareceu-lhe que o casamento de ambos seria útil à sua política. Conhecendo a fama do rapaz no Estado, a sua influência, o seu atrevimento, o seu despudor em fazer do seu cargo judicial instrumento das ambições políticas do partido e de opressão para os seus adversários, Cogominho percebeu que era melhor tê-lo por aliado, antes que se unisse a Flores quase sempre disposto a não lhe obedecer totalmente. Pouco depois de eleito deputado estadual, Numa Pompílio de Castro casara-se com a filha de Neves Cogominho sem surpresa para ninguém, nem mesmo para Flores que apadrinhara o antigo chefe de polícia.”

Barreto, 1950, p.20.

Depois de exercer os cargos de promotor, juiz de direito, Numa chegou a ser chefe de polícia quando da eleição de Neves Cogominho para a presidência do Estado de Sepotuba. Numa era um arrivista. Acreditava que um bom casamento daria o empurrão definitivo para a sua carreira política. Neves Cogominho via com bons olhos o casamento de sua filha com o futuro deputado. Depois de eleito deputado estadual, Numa casou-se com Edgarda. Quando se fizeram as eleições federais, o genro de Cogominho uma elege deputado federal. E como tal, partiu para o Rio, apressado em tomar assento na Câmara Federal. Era um parlamentar do baixo clero. Edgarda, esposa de Numa, bastante aborrecida com a obscuridade do marido, resolve ajudá-lo a alcançar uma posição de destaque na Câmara.

“Apesar de nome tão auspicioso para o ofício de legislador, os próprios contínuos não lhe guardavam com facilidade nem o nome nem os traços fisionômicos. Durante muito tempo, chamaram-no de Nuno; e, nos primeiros meses de seu mandato, frequentemente impediram-lhe a entrada em certas dependências, a menos que o fizesse pela porta por onde penetrara na véspera. Reconhecido e empossado, não deu sinal de si durante o primeiro ano e meio de legislatura. Passou todos esses longos meses a dormir na sua bancada, pouco conversando, enigmático, votando automaticamente com o líder e designado pelos informados como – “O genro do Cogominho”. Era o deputado ideal; já se sabia de antemão a sua opinião, o seu voto, e as suas presenças nas sessões era fatal. Se na passagem de algum projeto, anteviam dificuldades na obtenção da maioria, contava logo com o voto do “genro do Cogominho”. Ele vota conosco, diziam os cabalistas, a questão é saber o que o Bastos quer e o líder manda.

A sua colaboração, por esse tempo, para a felicidade nacional, se não foi fecunda, foi das mais táticas de que se há notícia.”

Barreto, 1950, p.20.

O narrador menciona que entre as revelações parlamentares que surgiram, uma causou espanto. Ele, que era praticamente desconhecido na Câmara, tomou a palavra e sua argumentação foi das mais perfeitas e eruditas. Numa fez um discurso valioso. Os jornais destacaram o entusiasmo com calorosos elogios publicados em suas folhas ao dia seguinte. A esposa de Numa, Edgarda, ficou cheia de alegria contida, gozava o licor inebriante do triunfo do marido, dando-lhes a atenção da mídia e de seus pares. Na rua, o casal encontra Inácio Costa, um funcionário público de grande incapacidade para a crítica, que teceu elogios ao discurso de Numa. Observe o trecho com os elogios dos jornais:



Disponível em: <http://eduardoschloesser.blogspot.com/>.

“Antes que acabasse a semana, as revistas ilustradas – *Os Sucessos* – *A Nota* – *O Mequetrefe* – publicaram o retrato da nova glória parlamentar e a primeira, a sua biografia desenvolvida. A repercussão do triunfo foi tal que, quando, dias após, o Dr. Numa atravessou a rua do Ouvidor, trazendo ao lado a mulher, era já uma notabilidade apontada e gloriosa.

Aquela gente que a enche, gente habituada a respeitar as glórias retratadas nas revistas ilustradas e gabadas diariamente nos quotidianos, reconheceu-o e olhou-o com o alto respeito que se deve a um grande orador parlamentar.

Numa caminhava acanhado, de cabeça baixa, trôpego um tanto, mas a mulher, D. Edgarda, pisava com segurança, muito naturalmente, e com a fisionomia cheia de alegria contida.”

Barreto, 1956, p.43.

Numa e Edgarda almejam assegurar para si uma distinção social e de classe que, por fim, os mantenham bem distantes da realidade da Cidade Nova (a parte triste da cidade; um bairro popular do então Distrito Federal do Brasil – a cidade do Rio de Janeiro).

No final do capítulo, após o passeio revigorante, Numa e Edgarda encontram conhecidos para tomar chá. Achavam-se já sentados no luxuoso lugar Mme. Anita Forfaible, esposa do gal. Manoel Forfaible, e o primo de Edgarda, o ilustrado Benevenuto. Edgarda menciona a Mme. Forfaible que sempre tem lembrado a Numa de recomendar o general Forfaible ao Neves Cogominho.

Capítulo 2

No início do capítulo, o narrador descreve o amanhecer no bairro do Botafogo, bairro da zona sul do Rio de Janeiro, onde moravam Numa e Edgarda na companhia da velha tia de Neves Cogominho, D. Romana, e onde, por um breve tempo, também residiu Darwin em sua visita ao Brasil. Veja:

“Aquele dia amanhecera soberbo e quem andasse pelo arrabalde, pouco notaria as pretenciosas fachadas das casas, os gradis pelintras dos jardins, o movimento da criadagem, dos banhistas, para só aspirar o ar, aspirar e vê-lo e também, a nossa magnificência e o nosso luxo.

As palmeiras farfalhavam suavemente na rua Paissandu, levando o mar para as montanhas e trazendo a montanha para o mar; as árvores estremeciam na atmosfera e todos pareciam contentes. Os criados tagarelavam em grupos, cestos ao braço, mais animados para o árduo serviço; os caixeiros olhavam as cozinheiras com a ternura da manhã; os colegiais caminhavam brincando para as escolas; as patrocas não tinham no rosto o enfado necessário do matrimônio, e os maridos, de volta do banho de mar, tiritavam alegres, sorridentes, esperançosos nos seus negócios. A jocundidade da manhã porejava nas pessoas e nas coisas.”

Barreto, 2017, p. 61-62.

Numa Pompílio, naquela manhã, recebeu a visita de Fuas Bandeira, diretor do *Diário Mercantil*. Português de nascimento, Fuas tinha a instrução de homem de comércio. Havia emigrado para o Brasil por motivos suspeitos. Segundo o narrador, Fuas foi durante muito tempo “um fura-vidas” sem felicidade. Desenvolveu várias atividades até que um patrício fê-lo empregado da gerência do “Diário”. Mais tarde, quando seu Benfeitor fora passar um tempo na Europa, Fuas, com uma procuração concedida a ele para cuidar dos negócios do jornal, se serviu do instrumento para se apossar da fortuna do seu benfeitor. Observe o trecho:

“Voltando precipitadamente o proprietário que fora prevenido dos desvios dos seus bens, levado a efeito pelo procurador infiel, reclamou imediatamente a restituição dos haveres, sob pena de queixar-se à polícia. Fuas foi ter com o chefe de Estado que ordenou ao Tesouro fornecer-lhe os fundos necessários. Daí em diante, sua fortuna estava feita e os seus processos de foliculário firmemente estabelecidos. Nunca mais lhe faltou dinheiro, e muito sempre obteve, por este ou aquele meio escuso e cínico. Apesar disto, a sua folha sempre andava em concordatas, devendo ao pessoal; o que, a todos, causava admiração, pois Fuas, ao que diziam, tinha até aí, recebido de vários governos do Brasil cerca de três mil contos. Não é de espantar, quando se considerava que só da vez que em que se viu atrapalhado com o antigo proprietário do *Diário*, ele conseguiu em dias, graças às ordens do Presidente da República, obter quase mil e quinhentos contos. Todo esse dinheiro que ele *cavava*, empregava em aparentar largueza, peitar disfarçadamente os influentes e mais depressa perdia cinquenta contos no jogo do que pagava, dos três em atraso, um mês à reportagem. Era preciso não perder a linha...”

Barreto, 2017, p. 63.

Fuas, que conhecia todos os poderosos, os que iam se fazendo e prometiam sê-lo, e a nenhum se acanhava de pedir isto ou aquilo, estava bastante interessado no negócio da venda da Estrada de Ferro em Mato Grosso. Fora procurar Numa para expor o objeto de sua matinal visita: a rejeição do ‘veto’ oposto ao projeto da venda da Estrada de Ferro. Após o café e a leitura dos jornais, hábito rotineiro de Numa, o deputado recebeu o diretor do *Diário*. Este expôs seu manifesto. Legislador, como já se sabe, indagou sobre a opinião de Bastos. Fuas afirma que o líder do Republicano Radical não tem opinião firmada. Numa também pergunta sobre a opinião do povo sobre o assunto, mas Fuas é contundente ao dizer que o povo não entende de finanças. Na sequência Fuas explica as boas razões para vender a estatal. Observe:

— E o povo?

— O povo! O povo! Que tem o povo com estas questões? Por acaso ele pode raciocinar sobre finanças? Creio que não, meu caro doutor. Não é a sua opinião?

— Dizem que o governo gastou cem mil contos e vai vender pela metade.

— Não é certo; mas, se o fosse, valia a pena contar também com o *deficit* que ela dá. A operação, meu caro doutor, traz desafogo para o governo, não só para já, como para o futuro. O meu interesse como republicano, é facilitar meios de vida à república e também educar o Brasil no caminho da iniciativa particular. Se até agora ela não se tem feito sentir na economia do país, é devido à timidez dos senhores diante da algazarra dos caluniadores.

Barreto, 2017, p. 63.

Depois que Fuas foi embora, o narrador destaca que a vida de Numa e Edgarda continuava a ser a mesma. “Viviam uma ao lado do outro sem grandes ternuras, sem ódio, sem também a perfeita e mútua penetração que o casamento supõe”. Arrivista, Edgarda mirava sua ambição por brilho na sociedade na imagem de celebridade do marido. A satisfação de Edgarda foi grande quando o viu elogiado, alcançando notoriedade. Notava ela que a celebridade do marido começara a esfriar. Ficava aborrecida quando diziam, aqui e ali, que não conheciam Numa.

Ainda no capítulo, o narrador menciona a figura de Salustiano, parente de Edgarda e adversário político de Neves Cogominho no estado de Sepotuba. Edgarda, para manter boas relações com Salustiano sempre recomenda a Numa a tratá-lo bem, sendo gentil, embora o deputado tivesse implicância com o parente de Edgarda porque Salustiano se dirigia a Numa como “o genro do Cogominho”.

À mesa do almoço, Edgarda indaga sobre o motivo da visita de Fuas, mas o deputado ficou aborrecido com os questionamentos. Edgarda orientou o marido sobre tais questões e como ele deveria aproveitar, sugerindo algum retorno financeiro em relação à situação da venda da Estrada de Ferro. No meio do almoço, o copeiro interrompeu e avisou o deputado da presença do Lucrécio.

Na sequência da narrativa, o narrador interrompe o fluxo da narrativa para nos informar a respeito de Lucrécio Barba de Bode, que não era propriamente um político, mas fazia parte da política e tinha o papel de ligá-la às classes populares. Veja:

Lucrécio, ou melhor: Lucrécio Barba de Bode, por sua alcunha, que não intempestivamente interrompia o almoço do deputado Numa Pompílio, era um mulato moço, nascido por aí, carpinteiro de profissão, mas de há muito não exercia o ofício. Um conhecido, certo dia, disse-lhe que ele era bem tolo em estar trabalhando que nem um mouro; que isso de ofício não

dava nada; que se metesse em política. Lucrécio julgava que esse negócio de política era para os graúdos, mas o amigo lhe afirmou que todos tinham direito a ela, estava na Constituição.

Já o seu amigo fora manobreiro da Central, mas não quis ficar naquela “joça” e estava arranjando coisa melhor. Dinheiro não lhe faltava e mostrou-lhe vinte mil réis: Sabes como arranjei? – fez o outro. – Arranjei com o Tontonho do Catete, que trabalhava para o Campelo.

Lucrécio tomou nota da coisa e continuou a aplainar as tábuas, de mau humor. Que diabo? Para que esse esforço, para que tanto trabalho?

Fez-se eleitor e alistou-se no bando do Tontonho, que trabalhava para o Campelo. Deu em faltar à oficina, começou a usar armas, a habituar-se a rolos eleitorais, a auxiliar a soltura dos conhecidos, pedindo e levando cartas deste o daquele político para as autoridades. Perdeu o medo das leis, sentiu a injustiça do trabalho, a nulidade do bom comportamento. Todo o seu sistema de ideias e noções sobre a vida e a sociedade modificou-se, se não se inverteu. Começou a desprezar a vida dos outros e a sua também. Vida não se faz negócio... Meteu-se numa questão de jogo com um rival temido, matou-o e foi sagrado valente. Foi o júri, e, absolvido, por isto ou por aquilo, o Tontonho fez constar que o fora por empenho do Dr. Campelo. Daí em diante se julgou cercado de um halo de impunidade e encheu-se de processos. Quando voltou a noções mais justas e ponderou o exato poder de seus mandantes estava inutilizado, desacreditado, e tinha que continuar no papel...

Vivia de expedientes, de pedir a este ou aquele, de arranjar proteção para tavolagens em troca de subvenções disfarçadas. Sentia necessidade de voltar ao ofício, mas estava desabituaado e sempre tinha a esperança de um emprego aqui ou ali, que lhe haviam vagamente prometido. Não sendo nada, não se julgava mais operário; mesmo os de seu ofício não o procuravam e se sentia mal no meio deles.

Barreto, 2017, p. 73-74.

A presença de Lucrécio na casa de Numa e Edgarda fora motivada pelo recado de Neves Cogominho ao deputado, solicitando que Numa não deixasse de ir à tarde ao Senado. Dado o recado, Lucrécio foi indagado por Edgarda se ele sabia de alguma coisa. O mulato relata os boatos sobre o naufrágio da candidatura do Xisto. Após essa inquirição, Lucrécio foi almoçar na cozinha. Conversando com o copeiro, Lucrécio menciona que a força não quer o Xisto, mas o gal. Bentes. Após o almoço, Edgarda recomenda a Numa que não deixe de ir ver Neves Cogominho. Fumando um charuto, o deputado se põe a refletir sobre a situação que se insurgia:

“Ainda ontem saíra da Câmara e nada vira, nada notara de extraordinário, a não ser um tenente do seu Estado a conversar à parte com um deputado veterano. Vira-os, lembrava-se de que quase sempre confabulavam; mas agora é que notava os reiterados encontros de ambos e o cuidado que tinham em falar baixo, quando se acercava deles. Haveria uma revolução? Mas não podia haver! Deviam estar satisfeitos os militares! A recomendação era dar-lhes tudo. Não tinham? O montepio das filhas que deviam perder ao casar, não ficava com elas depois do matrimônio? Queriam mais postos? A reforma não se fizera? As suas viúvas não viviam em casas do Estado sem pagar aluguel? Os seus filhos não tinham um luxuoso colégio de graça? Mas seria mesmo revolução?... Quem seria vencedor, se houvesse uma? Era preciso adivinhar. Mas como adivinhar, meu Deus? Quem estava garantido em um país desses? Quem? O imperador, um homem bom, honesto, sábio, sem saber por que, não foi de uma hora para outra tocado daqui pelos batalhões? Quem podia contar com o dia de amanhã? Ele, Numa? Julgara isto até ali, mas via bem que não. Só havia um alvitre; ir para fora e esperar que as coisas se decidissem, aderindo então ao vencedor. Seria bom.

A sua vontade era esta, mas... o seu sogro havia de indicar-lhe o caminho. Tinha experiência dessas coisas.”

Barreto, 2017, p. 76-77.

Na continuidade do capítulo 2, Edgarda lembra o marido de que ele veja se os livros dela chegaram. Numa passava frequentemente pelas livrarias para comprar os livros de Edgarda, que diferente do marido, tinha o hábito da leitura. Numa sempre tivera o cuidado de não dizer aos conhecidos que os livros eram para sua mulher, assim mantinha uma certa publicidade enganosa para os seus amigos. Já preparado para sair, o deputado recebe a visita da viúva do Dr. Lopo Xavier. Esta fora solicitar o voto de Numa para que fosse concedida a ela uma pensão, alegando a situação de dificuldade em que se encontrava. Afirma que o montepio não era suficiente. Veja:

“— Não é justo, Doutor, que o governo deixe na miséria a viúva e a filha de um homem que tanto trabalhou pela pátria. Foi propagandista da República, bateu-se pela abolição...

— Sei bem disso, mas esse negócio de pensão... esse negócio de pensão... A senhora já falou com o senador Bastos?

— Já. Ele me disse que dava o voto dele.

— Vou ver.

— Dão-se tantas. Não deram à viúva de um calafate que morreu no incêndio de um navio de guerra? Meu marido foi um juiz íntegro...

— Não há dúvida, minha senhora; mas houve grande dificuldade em dar-se à viúva daquele general...

— Ah! Doutor! O montepio é muito grande; não é como o nosso, viúva de civis.”

Barreto, 2017, p. 79.

Tendo despedido-se da viúva, Numa voltou-se à sala e encontrou Edgarda que lhe pergunta que era a senhora que o visitara há pouco. Numa esclarece quem era e o motivo da visita. Edgarda reprova a intenção da viúva, alegando que ela era rica, não precisava, pois o pai deixou-lhe dinheiro e o marido alguma coisa. Edgarda afirma que a viúva só queria era luxar.

Capítulo 3

No início do capítulo, o narrador trata do casal Forfaible. Mme. Forfaible era casada com o gal. Manoel Forfaible. Este presidia a comissão de inventário do material bélico inutilizado. Sua jovem esposa, Anita Forfaible, empregava o ócio matrimonial, correndo casas de modas, assistindo a sessões cinematográficas, tomando chá com os amigos e visitando-os. Não eram bem marido e mulher. Havia entre eles uma diferença de idades e uma efusiva simpatia. Manoel Forfaible era simplório, mas ela o enxergava garboso, convencida dos bordados do marido e das prerrogativas que os dourados lhe davam, ou seja, das posições militares do marido. Veja:

“Ela o via a cavalo passando revista às tropas, garboso, ereto na sela, com um olhar de batalha; ele se via sempre em chinelas, lendo os jornais na varanda da casa.”

Barreto, 2017, p. 82.

Na sequência da narrativa, Mme. Forfaible visita uma amiga de nome Mariquinha. Anita desejava ardentemente que o marido da amiga tivesse prosperidade na carreira militar. Álvaro, marido de Mariquinha, era engenheiro militar e desempenhava tarefas triviais no serviço militar. A mulher desejava uma posição mais valiosa para o marido. As duas conversam sobre o cotidiano e acabam tratando da sucessão presidencial, afirmando que Bentes realmente será o candidato. Defendem as mulheres que os militares sempre se provam bem e que são honestos. Anita pergunta a Mariquinha quem será o ministro da Guerra. Esta diz não saber, mas menciona que Álvaro não poderia deixar de ser promovido. Já Anita menciona que se fosse o Manoel, o Álvaro estaria feito.

Depois de sair da casa da amiga Mariquinha, Mme. Forfaible encontrou na rua do Ouvidor o poeta Albuquerque. O poeta a convidou para tomar chá. No caminho, encontraram Benevenuto, primo de Edgarda, cuja preocupação não era fazer nada. Esse era o seu modo de viver. Benevenuto gastara parte de sua

fortuna com prodigalidades. Era um moço ilustrado, mas tinha fama de extravagante. Depois desse rápido encontro com Mme. Forfaible e Albuquerque, Benevenuto encontrou Inácio Costa, com quem foi tomar café. Na conversa, Inácio Costa confirma que acabara de saber que Bentes desejava mesmo ser candidato e que Bastos, chefe político, não se opõe. Inácio afirma que já mandara sua adesão a Salustiano, parente de Neves Cogominho. Isso preocupa bastante Benevenuto, visto que Salustiano, embora primo de Edgarda, era adversário político de Neves Cogominho no Estado de Sepotuba. Inácio aproveita a conversa para defender a sua visão política, a de um República ditatorial. Veja:

— Acabo de saber que o general Bentes quer mesmo; o Bastos não se opõe, pois acha a candidatura do Xisto insólita.

Ele falava quase em segredo e o companheiro compreendia por alto o que dizia.

— Já mandei a minha adesão... O seu parente...

— Quem?

— O Salustiano.

— Não é meu parente. É parente do Cogominho e da minha prima, de quem sou parente por parte de mãe.

— Não quer dizer nada... Vamos ter um governo forte, um governo como o do grande Frederico, que conciliou a liberdade e a ditadura, realizando espontaneamente o voto sistemático de Hobbes.

Costa esquecia-se muito de quem fora Frederico e de quem era o General Bentes; mas Benevenuto não lhe quis lembrar.

— Costa – disse-lhe este – não te parece semelhante conciliação um tanto difícil.

— A ditadura não é isso que vocês pensam. É a ditadura republicana.

— Em que consiste a diferença?

— Em que consiste? Consiste em suprimir, em diminuir as atribuições desse Congresso, dessa Justiça, que perturbam o regime.”

Barreto, 2017, p. 88.

Diante das alegações de Inácio, Benevenuto o contradiz destacando o paradoxo dos pensamentos ideológicos daquele, afirmando que ele pretendia criar um canato oriental com aquelas ideias radicais. Inácio, radical e extremista em suas doutrinas políticas, reage aos pensamentos de Benevenuto, chamando-o de metafísico. Benevenuto não levou a sério as vagas notícias dessa candidatura presidencial, entretanto a agitação de Costa e o seu entusiasmo não lhe pareceram de bom agouro. Com os dados que ia colhendo, parecia que o tal de Salustiano aderira ao candidato improvisado para galgar posições políticas, talvez para retirar Cogominho da chefia. A satisfação que Benevenuto vira em Inácio Costa não se refletira na massa da população.

“A satisfação que ele encontrou em Inácio Costa não era o sentimento que ele via na massa da população. Os boletins dos jornais eram avidamente lidos, embora insignificantes. Os transeuntes paravam, amontoavam-se à porta dos jornais para ler a notícia de um simples falecimento. A cidade estava apreensiva e angustiada. É que ela conhecia essa espécie de governos fortes, conhecia bem essas aproximações de ditadura republicana. O florianismo dera-lhe a visão perfeita do que eram. Um esfacelamento da autoridade, um pululamento de tiranos; e, no fim, um tirano em chefe que não podia nada. A liberdade conciliada com a ditadura! Quem regulava essa conciliação, quem determinava os limites de uma e de outra? Ninguém, ou antes: a vontade do tirano, se fosse um, ou de dois mil tiranos, como era de esperar. Os moços, os que tinham visto os acontecimentos de 93, quando meninos, no instante da vida em que se gravam bem as dolorosas impressões, anteviam as execuções, os fuzilamentos, os encarceramentos, os homicídios legais e se horrorizavam.”

Barreto, 2017, p. 90.

Ao perambular pela rua do Ouvidor mergulhado nos pensamentos a respeito da suposta candidatura de Bentes, procurou um café. Sentou-se, pegou um jornal. Emendou a leitura. Em uma mesa próxima, um grupo conversava, animado com a possibilidade de Bentes na presidência.

— É melhor ser assim... Isso de estar com negaças, não vale... Quem quer, quer mesmo!!

— A história era o Bastos.

— Ora Bastos! Bastos é tutu? Todo o mundo tem medo do Bastos.

— Ora! Enquanto mulher parir, não há homem valente. Ele tem mesmo que engolir a espada.

— É dos nossos.

— Não podia deixar de ser assim... Este chefe não pode continuar. Não dá emprego à gente e não quer jogo... A gente tem que viver de quê?

— Se o general vier...

— Se vier?! Vem mesmo!

— É um modo de falar... Tudo muda. Vocês não viram o Floriano? Estava tudo barato. Agora?

— Qual! Paisano não dá pra coisa.

Benevenuto ouvia a conversa, mas não se atrevia a examinar os vizinhos. Descansou da leitura, pôs-se a tomar café; e, por acaso, demorou o olhar sobre o grupo. Reconheceu nele Lucrecio Barba de Bode e foi reconhecido.”

Barreto, 2017, p. 92.

Na mesa ao lado, Benevenuto reconhece Lucrécio. Este o cumprimenta e retira-se do café, dirigindo-se a casa para jantar e voltar ao centro. Acabou não indo. Ficou pelo centro, onde jantou. Fez uma aposta no jogo do bicho. Adquiriu um charuto barato, deu umas voltas pelo centro e resolveu finalmente ir a casa. Lucrécio morava na Cidade Nova, a parte pobre da cidade, um antigo charco, aterrado com detritos e sedimentos dos morros que a comprimem. Lá moravam imigrantes italianos, negros e mulatos. Veja:

“Muito baixo e comprimido entre as vertentes e contrafortes de Santa Teresa e a cinta de colinas graníticas – Providência, Pinto, Nheco – ainda hoje as chuvas copiosas do estio teimam em encontrar depósito naquela bacia, transformam as vias públicas em regatos barrentos, saltam dos leitos das ruas, invadem, por vezes, as casas; os móveis boiam e saem pelas janelas ainda boiando, para se perderem no mar, ou irem ao acaso encontrar outros donos.

Irregular como é o Rio, não se pode dizer que fique bem ao centro da cidade; é, porém, ponto obrigado de passagem para a Tijuca e adjacências, S. Cristóvão e subúrbios.

[...]

A Cidade Nova não teve tempo de acabar de levantar-se do charco que era; não lhe deram tempo para que as águas trouxessem das alturas a quantidade necessária de sedimento: mas ficou sendo o depósito dos detritos da cidade nascente, das raças que nos vão povoando e foram trazidas a estas plagas pelos negreiros, pelos navios de imigrantes, à força e à vontade. A miséria uniu-as ou acamou-as ali; e elas lá afloram com evidência. Ela desfez muito sonho que partiu da Itália e Portugal em busca de riqueza; e, por contrapeso, muita fortuna se fez ali, para continuar a alimentar e excitar esses sonhos.”

Barreto, 2017, p. 94.

Lucrécio morava numa casa simples e comum do bairro da Cidade Nova. Na casa, moravam ele, a mulher, uma irmã e um filho menor, além de um hóspede, um russo, o Dr. Bogóloff. A esposa de Lucrécio, Ângela, era uma mulher avelhantada precocemente e docemente triste. O filho se chamava Lúcio e assistia a um canto a discussão entre os pais em relação ao almoço por não ter arroz. Lucrécio ensandecido queria ir até a venda do sr. Antunes tomar satisfação por não ter vendido o arroz fiado. Logo Dr. Bogóloff aparece para entender aquela confusão, mas Lucrécio o acalma, dizendo não ser nada. O hóspede, o Dr. Bogóloff, era russo e tinha emigrado para o Brasil com as melhores das disposições para o trabalho honesto. Aqui, conhecera um intérprete que o

aconselhara a usar o título de doutor, bastante valorizado e que dá a todos os direitos e considerações. Mas o russo não segue as orientações do intérprete, pois não queria distinções. Desejava ser cultivador, mesmo diante das profecias negativas do intérprete. Veja:

“— Ora bolas! Para que distinções se me quero anular? Se quero ser um simples cultivador?”

— Cultivador? Isto é bom em outras terras que se prestam a culturas remuneradoras. As daqui são horrorosas e só dão bem aipim ou mandioca e batata-doce. Dentro em breve estarás desanimado. Vais ver!”

Barreto, 2017, p. 103.

Bogóloff obteve sucesso com o cultivo de uma variedade de produtos. Obteve alguns resultados positivos, com lucro e satisfação. O russo fatigou-se de sua vida de colono, pois nunca chegaria à fortuna. Exilou-se no Rio. Foi professor aqui e ali. Caiu na miséria e foi socorrido por Lucrécio, quando doente e falido. Barba de Bode tentava animá-lo com a promessa de um bom emprego quando Bentes fosse eleito.

Capítulo 4

O capítulo inicia-se com o narrador, em um plano aberto, descrevendo a cidade pela perspectiva de um bonde que cruza toda a paisagem urbana, social e geográfica do Rio de Janeiro, revelando ao leitor o frenesi do cotidiano e os contrastes desse espaço. Veja:

“Não se separavam bem as pessoas e as coisas: o que se via era aquele ajuntamento, aquela aglomeração, que lá do alto parecia ser uma existência, uma vida, feita de muitas vidas e muitas existências. Não era o palacete ou o cortiço, não era o patrão ou o criado, não era o teatro ou o cemitério, não era o capitalista ou o mendigo; era a cidade, a grande cidade, a soma de trabalho, de riqueza, de miséria, de dores, de crimes de quase quatro séculos contados.”

Barreto, 2017, p. 106.

À medida que o bonde avança pela montanha, a cidade vai surgindo e vendo-se melhor. E no ritmo do bonde, o leitor vai construindo a imagem do Rio. No elétrico, Edgarda acompanhava toda a dinâmica daquela imensa colmeia humana imersa em meditação sobre aquela realidade, refletindo para que destino se encaminhava o resultado de tanto trabalho e de tanta inteligência empregados na edificação de tudo aquilo que via da perspectiva do bonde. O elétrico aproximava-se

da casa do Dr. Macieira Galvão, político importante do Estado das Palmeiras; havia sido eleito presidente do Estado. Edgarda iria visitar D. Celeste, esposa de Macieira, para se despedir da amiga, pois, dentro de dias, eles embarcariam para o Estado das Palmeiras. Eram vésperas de grandes acontecimentos políticos. Bentes já declarara pelos jornais que era candidato, já se desvinculando do ministério. Xisto, o outro ministro que era candidato oficial, resignara a sua candidatura. Todos estavam aderindo à campanha de Bentes, oposicionistas e governistas. Em suas reflexões no bonde, Edgarda não achava de bom alvitre Macieira abandonar o centro e deixar que Bentes fosse cercado pelos adversários.

Edgarda saltou do bonde e dirigiu-se à casa de Macieira Galvão. Foi recebida ao portão pelo Dr. Felicianinho. Logo Edgarda explica ao moço a razão de sua visita. Com bastante simpatia, o jovem convida a entrar. O narrador destaca que aquele jovem, Dr. Felicianinho, viera do interior para estudar na cidade. Recebia tudo que precisava da família de Macieira. Corria pela cidade que a mãe do senador, D. Alice, era amante do rapaz, o que explicava toda aquele conforto e proteção para o estudante de engenharia. Já no interior da casa, Edgarda não esperou muito, pois D. Celeste, risonha, contente, veio rápido ao encontro da amiga. D. Celeste era uma mulher, segundo o narrador, de gostos elementares; era virtuosa e casta, entretanto tinha as ridículas arrogâncias de nossa nobreza campestre. Ridícula, mas simpática. Na conversa, D. Celeste justifica a Edgarda o motivo pelo qual ainda não partiram para o Estado das Palmeiras. Confessa que o marido está com pouca vontade. Ela também diz para a esposa de Numa que por ela também não tinha grande vontade de sair do Rio, embora fosse um lugar saudável o Estado das Palmeiras, mas D. Celeste manifesta desprezo pelo povo daquele distante estado.

“— E é saudável?

— Lá isso é; mas não é a cidade que me aborrece. É aquela gente. Que gente!

E fechou a fisionomia cheia de desprezo e desgosto.

— D. Celeste, que tem a senhora com eles?

— Que tenho? Invadem o palácio... Aqui, ao menos a gente está isolada, não precisa estar a toda hora em contato com eles; mas lá — não há outro remédio!”

Barreto, 2017, p. 110.

Enquanto conversavam, D. Alice, mãe do senador Macieira Galvão, entrara na sala. Cumprimentou Edgarda. Esta quis saber se a mãe do senador também iria mudar-se para o Estado das Palmeiras. A senhora respondeu que não, que as viagens a faziam mal. Demais, o Felicianinho iria formar-se e ela não queria ir. Já D. Celeste, por sua vez, tenta justificar a Edgarda o carinho, a ternura que D. Alice tem por Felicianinho.

“A nora atalhou:

— Você não imagina, Edgarda, a ternura que mamãe tem pelo Felicianinho. É Felicianinho para aqui, é Felicianinho para ali... Nem para Macieira, que é seu filho, nem para mim, nem para o Orestes, que é seu neto, ela tem os mimos que tem para o Felicianinho.”

Barreto, 2017, p. 111.

Após sair da casa de D. Celeste, Edgarda tomou o bonde novamente. Um senhor alto, em uma das paradas do bonde, subiu e sentou-se próximo à esposa de Numa. Ele a reconheceu. Era o senador Carlos Gerpes. Este não tardou em falar a Edgarda que o Numa deveria falar sobre orçamento do exterior. Na conversa, o senador emenda, perguntando se o casal havia ido ao Lírico, o teatro. Edgarda justifica que a rotina de trabalho de Numa não tem permitido. Diante da resposta de Edgarda, o senador Gerpes conta-lhe uma história. Outro político importante veio tomar assento no bonde. Era Martinho, uma das culminâncias da política republicana. Cumprimentou Edgarda e dedicou-se à leitura do seu jornal. O narrador destaca a estranheza da vida de Martinho. Veja:

“Alcandorado em um casarão, vivia sibaritamente isolado, cercado de livros, de curiosidades e de sapos. Tinha uma coleção de batráquios de todas as regiões do globo. Sapos gigantes, sapos minúsculos, sapos com chifres, sapos com cauda, até um imenso e desmedido sapo, remanescente de uma idade morta, adquirido por alto preço a um paleontologista americano.

Em matéria de amor, era curioso. Não conquistava, não namorava, não flertava, não amava; comprava. Tal dama assim que desejasse, mandava dizer: dou tanto. Às vezes, era um encontro rápido, um cochicho; em outras, o capricho vinha e o caso se demorava meses.

Tinham em si o enfado de Tibério, mas sem ter a sua grandeza monstruosa. Faltavam-lhe o tempo e o sentimento artístico, para selar seus atos com uma exuberância impudica. Moço, trabalhara muito; e feio, vivera sempre à parte das mulheres. Chegando à grandeza, à riqueza, vingava-se, tratando a metade da espécie com mais desprezo que os sapos dos seus tanques.”



Disponível em: <http://eduardoschloesser.blogspot.com/>.

Barreto, 2017, p. 114.

Após descer do bonde, Edgarda dirigiu-se à casa de uma costureira localizada na parte menos central da cidade. Era nessa zona que os amores clandestinos se encontravam. Era o lugar discreto para o exílio dos amantes. Segundo o narrador, há sempre uma velha ou casal complacente, antigo fâmulos da casa, protegidos da senhora ou do amante, que simulam à vizinhança serem donos da casa e acolhem generosamente o amor clandestino. Edgarda chega a uma casa pobre em que moravam mãe e filha. A mãe, uma senhora velha, chamada inicialmente de “Carola” possivelmente também tratada como “Benta” e a filha cujo nome era “Lívia”. A velha costureira vivera na casa do avô de Edgarda. A esposa de Numa pergunta por Benevenuto e vai ao interior da casa para encontrar o amante. Parentes próximos, conhecidos desde meninos, os enamorados já se encontravam ali há um ano. O amor entre eles só brotou depois do casamento de Edgarda com Numa. No quarto da simples casa, Benevenuto manifesta suas preocupações a Edgarda sobre a adesão de Salustiano, primo de Edgarda e adversário político de Neves Cogominho em Sepotuba. Benevenuto aconselha Edgarda a proceder com essa nova reviravolta política, pois a situação do pai de Edgarda exigia ações imediatas, como a organização de uma manifestação de apoio a Neves Cogominho e a Bentes, o que abalaria a suposta aventura política de Salustiano. Veja:

“A visão daquela insólita queda do pai pareceu-lhe uma desfeita, um insulto; e conquanto ele pudesse prescindir dos proventos do cargo, viu no fato uma humilhação à idade e à respeitabilidade do pai. Tirou uma das botinas e exclamou com raiva:

— É um desaforo!

— Precisa manha, meu amor. O que teu pai deve fazer e os outros também é fingirem grande dedicação a Bentes, fazê-lo prisioneiro, simular admiração pelos seus talentos, e convencê-lo de que é normal a sua ascensão. Mas, para isso devem exagerar, exagerar tudo, o prestígio que têm.

— Como?

— Com telegramas, retratos nos jornais, artigos, manifestações... Queres saber de uma coisa?

— Que é?

— Desde já vocês devem tratar de organizar uma manifestação a teu pai.

— Como?

— Fala ao Lucrécio, ao Inácio Costa...

— Inácio!

— Sim. Ele quer é por o nome em evidência... Fala a eles... Vamos tratar de outra coisa.”

Barreto, 2017, p. 120-121.

Edgarda ficou bastante aflita com a ideia de uma queda de seu pai, o senador Neves Cogominho. Ela quis afastar a obsessão. A imagem de um parente tomando o lugar de seu pai a indignava profundamente. Por insistência de Benevenuto, Edgarda desvencilha-se dos pensamentos sobre o contexto político e entregam-se aos beijos demorada e fartamente.

Capítulo 5

Bogóloff agora circulava no meio político, introduzido que fora pelo Lucrécio. O velho presidente resignara o poder e o seu substituto subira à presidência hipotecado aos partidários de Bentes. O povo não compreendia aquele desmoronar do governo. O russo, por esse tempo, ainda morava na casa do Lucrécio e ganhara algum dinheiro escrevendo artigos para os jornais de pouca vida e meteu-se no torvelinho dos que se agitavam à espera do reino dos céus que Bentes vinha realizar sobre a terra. A mulher de Lucrécio, entretanto, não se cansava de alertar o marido sobre Bentes, dizendo que tal general não era bom, decente, mas o marido não se importava. O russo não se entusiasmava; vivia por viver, mas prometeu ir à manifestação de apoio a Neves Cogominho. Inácio Costa, que se bandeara para o lado do pai de Edgarda, era o presidente da comissão. Pediu a Bogóloff que não deixasse de ir. Na sequência, o narrador tece um olhar bastante crítico sobre a bajulação política. Para ilustrar a sua ácida crítica, o narrador conta uma pequena história. Veja:

“Essas presenças, essas atenções, enfim, esse ritual de salamaleques e falsas demonstrações de amizade influem no progresso da vida política. Como havíamos de subir, ou pelo menos de manter a posição conquistada, se não fôssemos sempre às missas de sétimo dia dos parentes dos chefes, se não lhe mandássemos cartões nos dias de aniversário, se não estivéssemos presentes aos embarques e desembarques de figurões? Fora daqui as notícias desses atos têm grande repercussão e infinito alcance; e, de resto, às vezes, um bota-fora decidia uma reeleição. Vejam só o que aconteceu com o Batista. Estava nas boas graças do Carneiro; mas, no dia do embarque deste para Pernambuco deixou de ir. Carneiro notou e quando Bandeira quis incluí-lo de novo na chapa opôs-se tenazmente.

Os chefes não admitem independência, nem mesmo aos embarques. Os pequenos presentes mantêm as amizades; mas, na política, não são só os presentes que mantêm as relações; é preciso que os poderosos sintam que gravitamos em torno deles, que nenhum ato íntimo de sua existência nos é estranho, que o natalício dos filhos, o aniversário de casamento ou formatura se refletem no movimento e como que perturbam a órbita da nossa vida.

Numa, que sabia bem disso tudo, foi alma das muitas manifestações que se realizaram naquela época. Sempre tivera a visão nítida desse feito da vida política; nunca a vira pelo lado épico ou lírico, e estava no seu elemento. Concebera a existência chãmente e, graças a essa concepção estava seguro na vida, rico pela fortuna da mulher e tratava de segurar-se quanto à parte de deputado.”

Barreto, 2017, p. 123-124.

Numa organizou tudo nos bastidores; aliciou Inácio Costa, que havia declarado apoio a Salustiano. Inácio, sequioso de aparecer, de gravar seu nome na memória de Bentes, não trepidou em ir ao encontro das suas tenções. Fez-se presidente da comissão organizadora, obteve os fundos e organizou o público participante para a indispensável aclamação. A homenagem a Neves Cogominho foi anunciada nos jornais. O *Diário Mercantil* publicou um retrato num clichê de cerca de uma página, O artigo de Quitério Barrado comparava o senador de Sepotuba ao Coronel da guarda nacional americana Heatgold, caçador de onças e celebridade do momento. Na sequência, o narrador destaca um episódio engraçado envolvendo o senador Neves Cogominho:

“A nobreza da cidade de Piabanha, nobreza bem documentada por um d’Hozier ignorado, resolvera reunir-se para dar pasto ao aristocrático esporte dos seus maiores. É verdade que não tinham coutadas, nem tapadas nos seus castelos, mas os fidalgos da serra substituíram-nas por um capoeirão de carvoeiro dos

arredores. Não houve cão vagabundo, lulus de todos os caniches, que não fossem convenientemente açaimados e a “meute”, fidalga, fidalgos, cavalos, piqueiros, monteiros, veadores e mais trem de caça grossa partiam a montar javardos, lobos, onças e outras feras daqui e da Europa. Obedecidas todas as regras, coube a Neves Cogominho abater o javardo ou o que fosse; e, fincando as esporas, foi esperá-lo na trilha que as trombetas dos monteiros indicavam como sendo da passagem do animal enfurecido. Atirou, desmontou para dar-lhe o tiro da graça; e descobriu então que havia matado um bezerro complacente que uma mascara adrede transformara em onça.

Há nas antigas crônicas de caça narrativas da intromissão de gênios malfazejos para operar tão estranhas transformações; mas, daquela vez, não foram eles e sim a cautela e a prudência dos organizadores da partida para atender à falta absoluta da onça adequada.”

Barreto, 2017, p.125-126.

O palacete do senador Neves Cogominho estava repleto de políticos, os mais em evidência na política nacional. Até o Clodoveu Rodrigues, que se julgava um futuro opositorista estava presente. A sua presença ali causava certa surpresa, pois tinha ligações com o presidente decaído. Lá também estava o J. F. Brochado, a se fazer sempre honesto, tendo a sua cauda um séquito de bajuladores. Outro político presente era o senador Carlos Salvaterra, um escravo da política. Outra presença importante era a de Fuas Bandeira, diretor do jornal *Diário Mercantil*. Além desses, também lá se encontrava o gal. César Japuí, um crente no nosso misticismo militar. Outra figura presente era o deputado Costale, mais conhecido como Xandu, que andava sempre à cata do emprego de ministro. O gal. Forfaible, o senador Macieira também marcaram presença no evento. Numa circulava entre os presentes, trocando algumas palavras. Quando se aproximou de Xandu, que se julgava um yankee, este dizia a Bogóloff que, caso fosse nomeado ministro, iria aproveitá-lo convenientemente. Enquanto os homens cumpriam seus rituais de bajulação, as mulheres conversavam sobre o povo e os cargos políticos. Na sequência, o narrador destaca que o novo chefe de polícia é o velho roceiro de nome Juca Chaveco. As conversas demoraram ainda algum tempo até que prorromperam os primeiros compassos da banda militar que puxava a manifestação. Todos vieram colocar-se no salão principal à espera do grupo.

“Os admiradores de Cogominho penetraram no jardim:

— Viva! Viva o senador Cogominho! Viva!

E a banda a todo pulmão, repenicava um dobrado entusiástico e cadenciado; as lanternas venezianas, nas pontas das canas, dançavam; e tudo parecia uma longa cobra fosforescente e musical que rastejava para o

palacete. Viva o senador Cogominho! Viva! Viva o general Bentes!... A multidão vinha premida na estreita alameda principal do jardim; as lanternas venezianas dançavam na ponta das canas... Viva o senador Cogominho! Viva! Viva o senador Bastos! Viva! Viva! Queimavam fogos de bengala... Viva! Viva!”

Barreto, 2017, p.134.

Canto Ribeiro, celebridade dos *meetings* e manifestações, renitente orador, empreiteiro de manifestações, supondo-se orador, julgava-se com um alto destino político. Entretanto, o narrador afirma que a oratória de Canto Ribeiro era feita de berros, de mugidos e de rugidos, faltando-lhe uma voz musical, numerosa, com inflexões. Havia de toda gente naquela manifestação: pobres homens desempregados, vagabundos notáveis, entusiastas ingênuos, curiosos e agradecidos. Canto Ribeiro tomou a palavra e expectorou as mais sórdidas banalidades sobre a República e a pátria. Em seguida, Inácio Costa também se manifestou em nome da comissão organizadora.

“Minhas senhoras, meus senhores. O digno senador Neves Cogominho tira da civilização contemporânea a dedução do estado político que mais lhe convém para a sociedade. Segue nesse ponto desprezando a metafísica de Platão e o teologismo de Maistre, um sistema assemelhado ao de Rousseau.”

Houve alguns pigarros indiscretos na sala, mas Inácio continuou impavidamente, chegando a este curioso trecho:

“Sua individualidade una e perfeita não tem limites “extremos”, destes que estes terminam, em relação a um aspecto, onde começam quanto a um outro.”

Uma moça bocejou no silêncio profundo da sala; e Costa, mais seguro de si, continuou:

“E, na grandeza incomensurável da promiscuidade de suas feições, sentindo a visão mística das coisas, apostolando uma fé inabalável na República, Neves Cogominho aparece com a auréola do – O MAIS DIGNO.”

Canto Ribeiro berrou fortemente – Apoiado! Inácio Costa continuou com entusiasmo:

“O Sábio estadista que aí vedes vai sempre ao encontro da equação política do momento”.

Depois desta manifestação do seu saber matemático, o futuro chefe da seção precipitou o seu discurso, rematou-o, dizendo:

“Nas ligeiras palavras que disse, procurei esboçar o retrato deste homem, não de perfil nem de frente; mas, como Pelino Guedes, em obra conhecida, de frente voltada para o céu, tentei retratar esse gigante político, que traduz perfeitamente a ação de um passado que se afirma no presente, como refletirá sobre o futuro, quando o historiador tiver que tratar de todo esse

período da nossa vida republicana. Saudemo-lo, senhores! Ele é O MAIS DIGNO!”

Houve palmas, vivas e Numa abraçou-o, dizendo-lhe ao ouvido:

— Estiveste muito filosófico.”

Barreto, 2017, p. 136-137.

Após esse pronunciamento, Neves Cogominho teceu algumas palavras de agradecimento. Aos circunstantes foram oferecidos “chopes”. Quase houve briga. Quando a maioria foi embora, Lucrécio resolveu tomar alguns “chopes” enquanto conversava animadamente com o copeiro que o servia. Sorveu uma dezena. Já em estado de embriaguez, encontrou o senador Macieira Galvão. Barba de Bode dirige-se ao senador, dizendo que desejava beber à saúde de Macieira. Este lhe dá atenção. Tentou dizer algumas palavras para o senador, mas acabou vomitando em cima de Macieira e borrando a barra das saias das senhoras ali presentes. Juca Chaveco queria prender Lucrécio, mas foi dissuadido pelos políticos presentes. Ao ir embora, o chefe de polícia, Juca Chaveco, oferece uma carona ao Dr. Bogóloff. Este aceita a gentileza do roceiro. Não podia declinar do convite já que se lançara nas altas camadas. Esperava tirar delas os melhores proveitos. No percurso, enquanto o Dr. Chaveco cochilava no automóvel, Bogóloff, Grégor Petróvich Bogóloff, recordava o azedume com que fora tratado pelas autoridades quando aportou no Rio e concluiu o russo como estava longe de sua pátria. A cidade dormia tranquila.

Capítulo 6

O capítulo inicia-se com uma ligação telefônica entre Edgarda e Numa. O deputado queria uma solução para uma dificuldade com o projeto das desacumulações. Para resolver o problema e orientar o marido a respeito do voto, a esposa de Numa consulta, também por meio de uma ligação, o seu amante Benevenuto. Orientada, Edgarda pediu novamente uma ligação para a Câmara para dar uma solução ao problema político do marido. Todos queriam agradar ao general Bentes. E foi nesse pugilato de bajulações que Raimundo Costale, Xandu, foi nomeado ministro do Fomento Nacional. Xandu era rico e vaidoso. Supunha ser um grande político. Feito ministro, seu primeiro trabalho foi instalar luxuosamente o seu gabinete. Bogóloff soube da nomeação de Xandu por intermédio de Lucrécio, que ainda não estava locado em um emprego que julgava à altura de seus esforços. Barba de Bode não esquecera sua promessa ao russo. Lucrécio depositava sua confiança em Tontonho, protegido de Campelo. Este era uma grande promessa política. Fora Tontonho, por intermédio de Campelo, que colocara Lucrécio na polícia, assumindo o cargo de agente extranumerário.

Tontonho era líder de um bando que influenciava as eleições da Lapa. Em conversa com Bogóloff, Lucrécio sugere ao russo que procure Xandu. Queria de alguma forma ajudar o estrangeiro. Lucrécio pergunta a Bogóloff se ele entendia de Medicina. Havia um serviço para o coronel Liberato, lá de Cambuci. O coronel precisava vencer as eleições municipais. Iria fazer um estouro (emboscada). Seria um pagamento. Mas Bogóloff recusa o serviço. Não queria envolver-se com essas atrapalhões. A mulher de Lucrécio reage à fala do marido sobre esse serviço:

— Qual atrapalhões, Doutor! Nossa gente está de cima... Se houver morte, ferimento, o processo fica abafado... A mulher, que ouvira, falou da cozinha:

— Lucrécio, você não toma juízo. Fala assim de morte, como se fosse Nosso Senhor... Agora piores do que vocês, são esses graúdos que dão costas quentes a vocês...

— Qual, mulher, isto é política, um ajuda o outro. Não acha, Doutor?

— É... é... deve ser mesmo política.”

Barreto, 2017, p. 149.

O russo acompanhou Lucrécio ao centro da cidade. Logo encontraram Inácio Costa, que parecia não dormir. A toda hora estava na rua a discutir política.

— Viram! Viram! Não digo... Temos governo!... Xandu já mandou restabelecer o – Saúde e fraternidade... – Os conselheiros tinham banido esse santo dístico mas agora... Estamos na República... Implicaram também com – Ordem e Progresso. Por que? Vocês não querem “ordem”? Vocês não querem “progresso”? A ordem é a condição do progresso.

— Será verdade? – indagou Bogóloff

— Como não! A história...

— A bem dizer, é o contrário: todo o progresso tem sido feito com desordens.

— Doutor, o senhor está me parecendo um metafísico. Chico – disse ele dirigindo-se a um passante – espera aí. Até logo! Até logo!”

Barreto, 2017, p. 150.

Bogóloff não tinha grande esperança de ser atendido pelo ministro do Fomento. Comunicou suas dúvidas a Lucrécio e decidiram ir à casa de Macieira, um dos grandes magnatas da República. Graças à população do seu estado natal, a sua representação na Câmara era volumosa. Macieira temia que a sucessão presidencial não lhe fosse favorável, por isso resolveu apoiar Bentes, o que lhe garantiria prestígio e continuidade dos privilégios de que desfrutava. A visita a Macieira não dera resultado. Ele não se encontrava em casa. Segundo confidenciou Barba de Bode a Bogóloff, o senador tinha uma amante, ‘uma francesa’, de nome Arlete. Essa ligação do senador

era bem conhecida na cidade e frequentemente os jornais de oposição faziam referência a ela. Chegava-se a dizer que a tal francesa tinha grande influência no curso dos vastos negócios de Macieira. Veja:

“Dizia-se mesmo que a tal francesa tinha um grande ascendente sobre o ânimo de Macieira e influía decisivamente no curso dos vastos negócios encaminhados nas repartições públicas. Os homens de concessão, os agentes de casas poderosas sabiam dessa influência da “francesa” e tratavam de obter as suas boas graças mediante porcentagens grandiosas. Fuas Bandeiras conhecia-a, fazia-lhe ofertas de valor e contava-se que Campelo sempre a interessava nos seus reconhecimentos malsucedidos.”

Barreto, 2017, p.153.

O fraco de Macieira era o poker. Nas rodas desse jogo, conheceu Fuas Bandeira, com quem travara amizade. Os dois firmaram parceria e jogavam clandestinamente. Para obter algum dinheiro, Fuas aconselha Macieira a que abram uma casa de jogo, tirando a Arlete da pensão, colocando-a num imóvel mobiliado. O plano inicial era o depenar um tal de Francisco que havia ganhado uma bolada de quinhentos contos. Assim fora feito.

“A coisa assim foi feita. Alugaram uma casa mobiliada luxuosamente. Arlete figurou como amante de um terceiro sócio e o ingênuo perdeu no jogo bem a metade da sorte grande, enquanto bebia o olhar da francesa. O lucro foi distribuído proporcionalmente com todo o rigor comercial.”

Barreto, 2017, p. 154.

Macieira Galvão assim prosperou e foi fazendo sua carreira na política e nos arredores da política. Arlete ficou na vida do senador como um amuleto de felicidade. A esposa, D. Celeste, conformou-se com a existência da francesa nos hábitos do marido. Arlete desfrutava de grande prestígio, pois aqueles que tinham negócios, pretensões, requerimentos no Congresso, logo procuravam a tal francesa.

“Nas salas do seu “chalet”, muita cartada política foi jogada, muita traição foi combinada com segurança, pois, em geral, as suas visitas femininas eram de atrizes, cantoras e damas de semelhante jaez, estrangeiras em geral, tidas por dodivanas e mais do que dodivanas, sem nenhum interesse pelos destinos do país.

Fuas e Macieira, com outros parceiros, entre os quais o mais assíduo era o major Crótalo, formavam lá, quase diariamente uma mesa de pôquer, onde se jogavam contos de réis; e foi em uma dessas partidas que se decidiu adotar Bentes como “belier” contra a chapeada teimosia em que estava o “Velho” na candidatura de Xisto.”

Barreto, 2017, p. 155.

Certo dia, anunciaram-lhe a visita de uma senhora, a viúva do Dr. Lopo Xavier. Esta, sabendo que Arlete tinha grande influência no ânimo de Macieira, foi procurá-la para que intercedesse a seu favor na questão da pensão. Arlete interessa-se pelo caso e promete ajudá-la com a tal demanda da pensão. Vale lembrar que a viúva do Dr. Lopo Xavier também já visitara o deputado Numa com a mesma demanda no capítulo 2.

Bogóloff foi à casa de Macieira para tentar arranjar alguma colocação. Lucrécio já tinha falado a respeito dessa visita com o senador. Macieira estava bastante concentrado em seus pensamentos quando recebeu o russo. Estava preocupado com as eleições que estavam próximas.

“— Pobre Chiquinho! Tão amigo, tão dedicado, tão leal! Quer ser deputado e eu lhe prometi que o faria; mas não sei por onde! Pelo meu Estado não é possível, o Chico diz que a vaga que vai haver é para o Nunes. O Chico é muito caprichoso e eu não gosto de contrariá-lo. Já falei ao Machado, mas mostrou-me a impossibilidade de servir-me. A vaga do Castrioto, eleito governador, vai para o irmão do Bentes. O Nogueira disse-me que ia ver... Ah! Bogóloff! esta política é uma burla. Sirvo todos e, quando quero que me sirvam, não me atendem.”

Barreto, 2017, p. 158.

Depois de algumas lamentações ouvidas silenciosamente por Bogóloff, Macieira indaga onde o russo queria uma colocação. Prontamente Bogóloff diz que o desejo dele é de ocupar um cargo no Ministério do Fomento. O russo tinha um projeto extraordinário para melhorar a pecuária brasileira. Veja:

“— Penso em criar porcos do tamanho de bois e bois que cheguem a elefantes.

— É maravilhoso! Como você procede?

— É uma questão de alimentação. As plastidas... Enfim: processos bioquímicos, já experimentados em outras partes, que aperfeiçoei.

— Bem, Doutor. Vou recomendar você ao Xandu e lá você expõe as suas ideias.”

Barreto, 2017, p.159.

Com a carta de recomendação eloquente de Macieira, Bogóloff, no dia seguinte, procura Costale, o Xandu, o ministro do Fomento Nacional. Demorou a ser atendido por Xandu. O desânimo já se avizinhava quando o russo encontrou Inácio Costa. Explicou o motivo de sua visita ao gabinete. Logo o russo foi recebido por Xandu, que o acolheu com certa frieza. Mas, ao ler a carta de recomendação, fez-se amigável e receptivo. Xandu falou sobre o frio e sobre como ele pensa em inglês. Disse também que o que nos falta é o frio. Posteriormente, indaga sobre os planos de Bogóloff.

O russo explica a criação de porcos e bois, destacando a importância de seus estudos e o desenvolvimento de processos baseados na bioquímica.

“— Como? Mas, como Doutor?!

— Os meus processos são baseados na bioquímica e já foram experimentados alhures. O grande químico e fisiologista inglês Wells escreveu algo a respeito. Não conhece?

— Não.

— H. G. Wells, uma grande sábio inglês de reputação universal, cujas obras estão revolucionando a ciência.”

Barreto, 2017, p. 162.

O Xandu ficou embevecido com o projeto de Bogóloff. Seria o ressurgimento da pecuária nacional. Afirmou que o russo daria uma glória imortal ao Ministério do Fomento. Prometeu os recursos necessários, pois as ideias eram arrojadas e engenhosas. Iriam enriquecer a pátria.

“Ergueu-se e trouxe Bogóloff até a porta do gabinete, com seu passo de reumático.

Dentro de dias Gregory Petrovich Bologoff era nomeado diretor da Pecuária Nacional.”

Barreto, 2017, p. 165.

Capítulo 7

No início do capítulo, o narrador menciona a irritação daqueles que se zangavam com os estrangeiros que perguntavam se aqui nós andávamos vestidos. Essa zanga trouxe aos dirigentes, aos diplomatas e a gente do mesmo feitio de espírito a pensar em medidas para uma melhor reputação frente aos franceses. Outra fonte de irritação para esses espíritos diplomáticos eram os negros. O narrador tece um comentário a esse respeito de maneira interventiva. Veja:

“Os diplomatas e jornalistas que se sentiam ofendidos com a verdade tão simplesmente corriqueira, esqueciam tristemente que por sua vez a zanga ofendia os seus compatriotas de cor; que essa zeringa queria dizer que estes últimos eram a vergonha do Brasil e seu desaparecimento uma necessidade.”

Barreto, 2017, p. 167.

Segundo o narrador, os viajantes eram estipendiados pelo Tesouro para dizer nas obras e nos artigos que publicavam que no Brasil não havia mais febre amarela e o negro desaparecia. O cúmulo desse irritante feitio de pensar foi o plano de organizar uma seleção guerreira para diminuir os negros no Brasil. O herói para comandar essa pretensa guerra estava escolhido: Bentes. O narrador, novamente interventivo, manifesta seu pensamento sobre a crença quarteleira.

“Com o ascendente dos diplomatas, nesse instante aliados aos guerreiros, Bentes ganhava prestígio e parecia ser o executor do pensamento de ambos os grupos. Há, porém, entre os militares uma corrente mais forte que a daqueles que querem um exército adestrado, automático, garboso e eficiente; é a dos políticos. Não que eles sejam eleitores ou deputados; o que eles são é crentes nas virtudes excepcionais da farda para o governo e para a administração. A farda, a longa e pesada tradição que representa e evoca promete muito a todos que a vestem; e os militares não pesam os meios de que dispõem para realizar esse muito que lhe é prometido. Para eles, o uniforme dá qualidades especiais; todos são honestos, todos são clarividentes, todos são enérgicos. A tradição de Floriano, sempre mal analisada e sempre falseada em grandeza e poder, muito concorre para isso e faz repercutir no povo a concepção quarteleira.”

Barreto, 2017, p. 16-169.

Popular entre os militares, gabado pelos jornais e prestigiado pelos diplomatas, em pouco tempo Bentes fez-se o chefe primacial do Brasil. Bem cedo aliaram-se os militares políticos e os organizadores da nação armada em torno da figura que nascia do pensamento diplomático. Nem todos os políticos aceitaram bem a indicação de Bentes, um dos quais era Macieira, que viu logo como poderia tirar proveito da situação. Neves Cogominho e Bastos também apoiaram. Precisavam manter seus respectivos poderes e importâncias. Em um café, Benevenuto e Inácio Costa conversavam amigavelmente sobre política quando foram interrompidos por Lucrécio Barba de Bode que os informava da morte de Zeca Boneco, um rapaz que pertencia ao bando de Tontonho. Benevenuto saiu e Lucrécio contou os detalhes da execução. O tal de Zeca Boneco era um criminoso. Vivia a extorquir dinheiro de todos do bairro, de revólver em punho. As queixas contra o tal Zeca eram recorrentes. A polícia o prendia, mas os seus protetores o libertavam. Ele era protegido de Campelo. Numa determinada noite, no Largo do Machado, foi assaltar um cocheiro chamado Capote que não acedera ao meliante. Este o esfaqueara. A população revoltada o matara a tiros em frente ao Palácio do Catete. A notícia desse fato teve grande repercussão na cidade. A frouxidão das autoridades em investigar os fatos indicava que se julgavam felizes por se verem livres de pesadelo que o Zeca Boneco representava.

Numa leu a notícia do assassinato no jornal. Edgarda ficou impactada com a notícia. Veja:

“Acabando de tomar o café, Edgarda correu os jornais e leu o fato. Não tinha, como o marido, prática desses atos de política e não sabia que esta exigia tanto. A sua impressão foi de desmoronamento. Tudo caía, a lei, a ordem, a autoridade; e na barbaridade dos

entrechoques de paixões, a paixão irrefletida da multidão teria de dominar... Acertaria sempre? teria acertado? Por que aquele calaceiro saqueava em pleno Rio de Janeiro? Por que? Era a política, era Campelo a garantir-lhe a impunidade e, mais alto, os protetores de Campelo dando a este mão forte e prestígio... Se o Estado é uma coação organizada, essa coação cessava por abdicação do próprio Estado... Era o ruir de tudo... Onde nos levaria tudo isso?... A sua colaboração não seria criminosa?”

Barreto, 2017, p. 16-176.

Numa e Edgarda, naquela manhã, recebera a visita de Mme. Forfaible, esposa do general Manoel Forfaible. O Numa desconfiava que a visita da “generalá” estaria relacionada ao projeto das desacumulações. Ele não sabia como votar. Temia incompatibilizar-se com Bentes. Mme. Forfaible conta as fofocas sobre o Gomensoro, revelando que ele pintava os bigodes. Em seguida conta um fato pitoresco relacionado. Em seguida, Anita diz a Numa que precisa do voto dele para que sejam rejeitadas as desacumulações. Justifica que Manoel não poderia viver sem os vencimentos de professor. Numa menciona o povo, mas Anita é implacável.

— Minha senhora...

— Olhe, Doutor, nós ficamos inimigos...

— O povo...

— Que tem o senhor com o povo? O povo não vale nada... Não vê como ele não quer Bentes, como se pudesse ter opinião dessas coisas. Não acha, Edgarda?

— Olha, Anita, eu não sei bem se ele pode ter ou não.

— Você é socialista. Não sei como você, filha de senador e mulher de deputado, pode ter ideias tão estrambóticas. Então, Doutor, como vota?

— Minha senhora...

— Seja franco: como vota?

— Depende.”

Barreto, 2017, p. 179.

Numa seguia com dúvidas a respeito do seu voto no projeto das desacumulações. Já havia consultado muitas pessoas. Procurou Fuas, mas este pouco se incomodava com a questão. Os seus interesses se haviam voltado para o projeto de Bogóloff.

É caso que o diretor da Pecuária Nacional logo que tomou posse do seu lugar, procurou Xandu, com quem teve uma conferência, na qual mostrou a necessidade de dar começo às experiências dos seus processos de fazer um boi quatro e fabricar carneiros que fossem ao mesmo tempo cabritos.

— Não há dúvida, Doutor, organize o seu plano – disse Xandu com toda a segurança. – Exponha o que necessita, pois aqui estou eu para fornecer-lhe os meios. O Doutor compreende perfeitamente que tenho o máximo

empenho em levar avante esse empreendimento, não só porque é de um valor científico extraordinário, como também oferece aspectos práticos de alcance transcendente. Demais, a glória que lhe couber também será partilhada pelo meu ministério...”

Barreto, 2017, p. 181.

Feito o orçamento do projeto da criação da Estação Experimental de Reversão Animal e Quadruplicação dos Bois, Bogóloff procurou o ministro e apresentou os gastos com o tal projeto extraordinário. Xandu não deu resposta nenhum. Dizia estar muito atarefado com papelada. Um dia, Xandu chamou o russo e disse-lhe que o orçamento estava bastante salgado. Disse também que o governo estava em economias e que não poderia atendê-lo.

“— Não há dúvidas, Doutor! O senhor sabe que o governo está em economias e não pode atendê-lo. Em todo o caso o Estado tem uma casa disponível com um razoável quintal, à rua Conde de Bonfim, e em pequena escala, o senhor podia experimentar. Vá ver a casa.

Inútil é dizer que Bogóloff não tinha nenhum interesse em por em prática as suas fantásticas ideias. Foi ver a casa e fez um relatório completamente desfavorável. Nem outro podia ser. A casa era um pardieiro arruinado e o quintal tinha para pastagem algumas touceiras desse capim a quem chamam “pés de galinhas”. Aconselhou-lhe o ministro por essa ocasião:

— Doutor, não se aborreça. Ninguém mais do que eu conhece as vantagens do seu processo, a barateza que ia trazer para um gênero de primeira necessidade, mas o governo está em apuros, está cortando as despesas... Sinto muito, mas... Olhe: faça como eu, escreva regulamentos... Se não quiser... Se não quiser, aconselho que se ocupe com o expediente ordinário de sua repartição e espere um pouco.”

Barreto, 2017, p. 183.

Bogóloff viveu assim feliz e tranquilo. Os cruéis acontecimentos que o envolviam não despertavam nele os ardores de sua primeira mocidade, que tanto amargura havia sofrido. O russo nascera em Cazã, na Rússia. Fez seu curso na Faculdade de Línguas Orientais. Travou conhecimentos com revolucionários. Foi tido como suspeito em um atentado ao governador. Foi preso. Verificaram que nada tinha com o caso. Decidiu por vir ao Brasil para sossegar e morrer. Bogóloff não se incomodava se o Brasil era bem ou mal governado. Ia vivendo a sua liberdade interior. Diferentemente de Fuas, também imigrante. Fuas tinha um segredo desdém pelo Brasil. Mas nem todos eram assim como Fuas ou Bogóloff. Benevenuto, que sempre fora totalmente infenso aos conluios políticos, inquietava-se com a situação. Aquele espetáculo de subserviência geral, o amordaçamento da opinião, a série de delitos de toda natureza reagiram sobre ele e tiraram-lhe do seu quietismo.

“A revolta era contra os oprimidos e contra os opressores, mais contra estes, pois eram reincidentes na sua opressão, feita sem ideal, sem desejo de realizar grandes obras, mas instigadas unicamente por uma pueril vaidade e justificada com sentenças cheias de heresias liberticidas.

Os últimos sucessos escandalizaram-no; ele tinha como que remorsos deles, vergonha, sem ter tomado parte direta ou indiretamente neles. Acusava o seu silêncio, julgava-se covarde e, com a sua covardia, responsável por tudo o que de sangue, de opressão, de força bruta e selvagem se anunciava.”

Barreto, 2017, p. 185.

Sozinho, em casa, mergulhado nessas reflexões, sentiu-se impotente. Saiu do Catete, onde morava, e perambulou pela cidade. O céu estava povoado pelo luar. O Largo da Lapa tinha sua movimentação habitual. Os botequins estavam cheios. O primo de Edgarda entrou num café, procurando encontrar um pensamento calmo. Saiu e continuou a andar pela cidade. Viu uma grande excitação das pessoas. Era um incêndio que consumia o Tribunal.

Capítulo 8

A reação da opinião pública à candidatura de Bentes era tão forte que preocupou o aparelho de compressão governamental. Este não se julgava suficiente para vencê-la. Por todos os meios, procuravam obter aderentes e estes podiam contar com os favores mais inesperados da administração. Ilustra bem o caso a história do cel. Liberato, velho chefe político de uma longínqua freguesia do Rio de Janeiro, Cambuci. Acostumado a vencer, sem protesto as eleições, de uns tempos para cá, o prestígio de Liberato decaía e os eleitores insurgiam-se contra o seu mando infecundo. Chegando as eleições de vereadores, Liberato temeu uma derrota mais completa, o que o fez hipotecar os seus préstimos a Bentes por intermédio de Campelo. Em troca, Liberato poderia contar com o apoio incondicional dos promotores de Bentes. Constatando, com a proximidade das eleições, que alguns distritos não lhe registrariam votos para a vitória total e sabendo que algumas secções resistiriam ao seu suborno e às ameaças, o velho coronel armou uma emboscada no edifício público em que iria funcionar o colégio eleitoral. O resultado: eleitores mortos e feridos. Essa manobra indignou a cidade e a opinião, mas Liberato estava tranquilo, pois estava protegido. O inquérito policial nada apurou.

Na sequência do capítulo, o narrador destaca o programa político de Bentes, afirmando que era até lírico, cheio de utopias. Fuas disse no seu jornal que era uma peça magistral. Na Câmara, Numa defendeu o programa dos ataques da oposição. Observe:

“O outro seu alto propósito tendia a homenagear a mulher brasileira, esse exemplo extraordinário de mãe, dizia o manifesto; e havia de fazer, quando chefe do executivo, distribuição gratuita de brinquedos às crianças, desde que tivessem mães – continuava a dizer o manifesto.”

Barreto, 2017, p. 192.

Por esses tempos, Edgarda não andava muito contente. Passou vários dias recolhida à sua biblioteca a ler e a pensar. Já Inácio, que não tinha predileção pelos livros, cultivava sua adoração mórbida por Floriano. Inácio visitava constantemente Bogóloff. O russo ouvia, com paciência, as suas conversas políticas. Verificou com singular assombro que Inácio tinha uma visão paternal de governo.

“Essa sua mórbida admiração por Floriano era tanto ingênua quanto sem razão. Como esse homem era estadista eminente e não tinha deixado nenhuma obra de estadista, obra que redundasse em benefício geral, que tendesse para a felicidade dos povos, na expressão de Bossuet? Como ele tinha mantido a ordem republicana, se atentara contra os tribunais, os parlamentos, as leis, e queria tudo isso curvado à sua vontade? Não era bem República que Costa queria; Costa desejava o regime russo ou melhor dos *knatos* tártaros.”

Barreto, 2017, p. 194.

Bogóloff alongava-se nas suas reflexões sobre a concepção política de Inácio quando interrompeu seus pensamentos para ler o jornal. Em destaque a notícia da sucessão para presidência do Estado das Palmeiras, visto que Macieira havia declinado do cargo, indicando o deputado Malaquias, tio-avô da esposa de Bentes. Essa manobra não foi muito bem vista. Havia também a informação de que a figura que deveria reger o destino das Palmeiras era a do cel. Contreiras, também parente do honrado Bentes. Lucrécio, em outra parte da cidade, também leu a notícia e concluiu que queriam derrubar Macieira. Palmeiras era de Macieira desde muito tempo. Bentes havia confirmado a doação. Aquilo era intriga para derrubar o senador. Se Lucrécio se preocupou com a notícia, preocupação menor não foi a de Macieira. O jornal que estampara a notícia era um dos mais lidos da cidade. Macieira muito preocupado com aquele “suelto” procura os amigos. Encaminha-se apressadamente à casa de Cogominho para obter conselhos. Este diz a Macieira que ele fez mal ao renunciar o Estado das Palmeiras. Macieira justifica que não queria abrir vaga no senado e que tinha sido o primeiro a apoiar a candidatura de Bentes. E agora essa traição. Macieira foi procurar Fuas Bandeira, seu parceiro em negócios sujos. O senador pensou em pedir ajuda a Hildebrando, irmão de Bentes, mas foi dissuadido por Fuas. Este o aconselhou a procurar a mulher de Lussigny, pois o gal. Bentes tinha uma fraqueza por ela.

— A mulher de Lussigny.

— Como?

— Pois tu não sabes?... Olha: quando Bentes foi à Europa, Lussigny estava a tinir. Tinham gasto o que possuíam e a mulher rendia pouco. Que fez Lussigny logo que soube da chegada de Bentes? Atirou a mulher em cima dele. Tu sabes bem que Bentes nunca esteve acostumado a essas mulheres de espanto, plumas, perfumes, cerimônias; e caiu que nem um patinho.

— É verdade?

— É verdade e tanto é verdade que eles pagaram as dívidas que tinham e vão embarcar para aqui, deixando a vida de “trem de luxo” que levavam. Por aí tu ias bem, infelizmente, porém, a coisa é para breve e os serviços...

— Como poderia conseguir?

— Como? Pois tu não sabes / Como tu consegues os colarinhos e os punhos? No nosso tempo, todos os serviços têm o seu preço... Tu não sabes?

Macieira não sabia coisa alguma dessa influência poderosa sobre o ânimo de Bentes. A descoberta alegrou-o e ele a pôs de parte como um trunfo forte para ganhar a partida. Fuas fumava recostado na cadeira, batendo as mãos sobre o ventre farto:

— É isto! É isto, meu caro!”

Barreto, 2017, p. 207-208.

No final do capítulo, Fuas recebe a visita da viúva do Dr. Lopo Xavier. A senhora fora pedir a intercessão do Fuas em relação ao projeto da pensão da senhora que estava no senado.

Capítulo 9

No início do capítulo, o narrador introduz uma nova personagem: D. Florinda Seixas, uma velha que cultivava mania de caboclo. A senhora, com seus caboclos, havia aderido à candidatura de Bentes. Para homenagear um tio de Bentes, D. Florinda fundou a Sociedade Comemorativa do Falecimento do Almirante Constâncio. Tendo fundada tão valiosa associação, recebeu subvenções do governo. Chegou a promover um belo cortejo em homenagem ao almirante no dia do aniversário de falecimento desse importante militar. Juntou seus índios e desfilou com pompa pela cidade. Inácio acompanhou o préstito a cavalo, vestido de verde e amarelo.

O alto simbolismo filosófico e patriótico do préstito foi muito gabado pelas pessoas simpáticas à causa de Bentes, sobretudo pelo *Diário Mercantil*, que viu no fato um ressurgimento do sentimento republicano e nacional.

“O Rio de Janeiro todo moveu-se para ver o préstito fúnebre; mas era curioso que muitos não o vissem compungidos e não encontrassem nada nele que lhes lembrasse a homenagem que pretendia prestar.”

Barreto, 2017, p. 207-216.

Benevenuto assistia a tudo aquilo sem acreditar. Seria possível que tudo aquilo estivesse acontecendo no Rio de Janeiro? Pensava ele. O jovem ilustrado deixou o catete e foi encontrar-se com Edgarda na casa da costureira. A sua doce amada havia escrito uma carta cheia de desolação, exigindo o seu auxílio com mais insistência. Verdadeiramente a amava, mas sempre lhe foi difícil compreender a razão íntima de Edgarda em fazer o seu marido um orador ilustrado.

“De há muito quisera dizer-lhe que Numa não podia por muito tempo representar o papel; que era necessário que ficasse na fama; que não forçasse a sagacidade dos outros? Mas vieram essas atrapalhões políticas e o orador do bando de Neves tinha que se manifestar de quando em quando.”

Barreto, 2017, p. 218.

No caminho em direção à casa da costureira, Benevenuto encontra Mme. Forfaible. Esta, em companhia de uma amiga, elogia o cortejo, que mais parecia um desfile de carnaval. Mme. Forfaible informa a Benevenuto que o marido dela está sendo cotado para assumir a presidência do estado de Sepotuba, ideia que não agrada a Mme. Não queria deixar o Rio. Finalmente chegou à casa da costureira, encontrou Edgarda. Os dois abraçaram-se muito. Ela estava um pouco sensível. O diálogo entre os amantes revela o aborrecimento de Edgarda com Mme. Forfaible. Benevenuto, sempre muito coerente, diz para Edgarda ser prudente.

— Não sei... Um pressentimento...

— Que é?

— Não sei, Benevenuto; não sei. Está me parecendo que vão tomar o lugar de papai e de Numa.

— É possível, mas não compreendo esse teu desgosto. Se fossem empregos, se por isso a tua situação financeira fosse abalada, vá; mas continuas no mesmo; que te dá que o teu marido seja ou não deputado?

— É um desafio! É um desafio!

— Desafio como? Essas funções são mesmo transitórias, tu sabes disso, minha filha.

— Mas... O que me aborrece é essa Anita, a mulher de Forfaible!

— Que tem ela?

— Quer fazer o marido governador.

— Ah! Ele é de Sepotuba?

— É... Não sabias?

— Ela acaba de dizer que tem lembrado muito o nome dele para presidir o Estado mas não sabia qual.

— Pois é verdade: são ela e o Salustiano que intrigam. Já o Macieira...

— Sê prudente, Edgarda. O teu orgulho te faz cega e apaixonada, o que vem a ser a mesma coisa. As eleições de governador ainda estão longe... Teu pai não se dá por achado... Faz o Forfaible senador agora, ele se contenta e vocês embrulham o Salustiano.

Sentada na borda da cama, a moça ficou pensando. A sua fisionomia abriu-se por fim num sorriso e disse:

— É verdade!... A Anita fica até contente... Tu és uma joia.

E abraçaram-se e beijaram-se por um tempo perdido no mais absoluto silêncio.”

Barreto, 2017, p. 220-221.

Depois do encontro com Edgarda, Benevenuto, viu no bonde que descia a figura de Macieira. Segundo o narrador, o senador tinha jogado mal a cartada. Apostara no seu último recurso: a mulher de Lussigny para afastar o apoio de Bentes às ambições de Contreiras. Fora falar com o próprio Bentes, que lhe assegurou que Contreiras não queria absolutamente nada. Entretanto, as notícias que chegavam eram desoladoras. Bentes ratificava a Macieira que Palmeiras era do senador. Macieira acalmava-se um pouco. Em seguida as notícias de que alguns de seus correligionários aderiam à campanha de Contreiras voltavam a preocupar Macieira. E a mulher de Lussigny não chegava. Na eleição, Contreiras foi reconhecido e proclamado governador do Estado das Palmeiras.

“Procurando Bentes, este dissera compungidamente:

— Ah! Doutor Macieira! Eu não sabia... Julguei que o senhor fosse muito popular e estimado no seu Estado... Não está tudo acabado; havemos de harmonizar as coisas.

Macieira admirou-se que Bentes julgasse necessárias a estima e a popularidade para governar um país ou mesmo um Estado.”

Barreto, 2017, p. 220-224.

A última nomeação de Macieira fora a de Bogóloff como diretor da Pecuária Nacional. Os partidários de Contreiras começaram a atacá-lo. Os jornais não cansavam de troçar os planos do russo. Na Câmara, os ataques eram mais diretos a Xandu. Agora o ministro estremeia na sua cadeira. Sua gestão à frente do Ministério do Fomento foi considerada perdulária, fantástica, vítima do conto do vigário de um estrangeiro. Pressionado, o ministro convoca Bogóloff para uma audiência.

“— Mandei-o chamar, Dr. Bogóloff, por um motivo muito simples. É um mau vezo do nosso regime que tenhamos de dar satisfações ao público. Bentes, meu eminente chefe, julga isso totalmente prejudicial. Eu também; mas, como não sou chefe supremo, tenho que fazer concessões aos hábitos. Não sei, meu caro Dr. Bogóloff, se tem lido os ataques que têm sido feitos à sua repartição.”

Barreto, 2017, p. 220-225.

Xandu, que era um crente do método de Bogóloff, pede que o russo se defenda, que se defenda por escrito. Sem demora, o russo apresentou o aperfeiçoamento de seus estudos de projetos zootécnicos. Xandu publicou-o e a ciência nacional respeitou o valor do russo e teve como certos os seus propósitos.

“— Não é difícil. Sei bem que o desconhecimento dos deputados das ciências modernas, leva-os a ataques desabridos. Eles não conhecem a Citologia Experimental e ignoram os mais simples elementos da Citomecânica.

— Uma ciência nova, Doutor?

Xandu perguntou, virou-se um pouco na cadeira, descansou a cabeça sobre o braço que se apoiava na mesa pelo cotovelo.

— Sim, Doutor. São experiências recentes de mecânica celular, que pretendem estabelecer experimentalmente não só o que é uma célula em si mas o que são os diversos órgãos celulares e também quais são as relações recíprocas desses órgãos e as relações da célula em presença do meio ambiente ou de outras células.”

Barreto, 2017, p. 227.

Ficou Bogóloff encarregado de visitar os estados, de estudar-lhes a pecuária e ver se algum deles já seguia as orientações das técnicas do diretor da Pecuária Nacional. Escolhido o estado aleatoriamente, Bogóloff, por sorte, começou por visitar o Estado das Palmeiras para onde partiria em breve. O russo embarcou no dia 30 de dezembro num navio em direção ao estado, agora governado pelo coronel Contreiras. Já no navio, o russo travou conversa com um tenente. Ficou admirado que aquele menino desconhecido já quisesse ser deputado. De repente um passageiro solicita que o comandante pare o navio e volte. Todos acudiram para ver o que era e toparam com o senhor que gritava para o comandante que esquecera o seu binóculo. O comandante disse que não seria possível retornar, pois traria prejuízo à companhia. O velho enfureceu-se e perguntou se o comandante sabia com quem estava falando. Pois bem, afirmara o homem ser o senador Leiva e ter imunidade. O comandante tentou que o senador usasse o binóculo do navio, mas o velho intransigentemente não aceitou.

“— Sabe com quem está falando?

O comandante disse que não sabia, mas que não havia necessidade de sabê-lo, pois se tratava de medida de suas atribuições, sendo ali a sua autoridade em tudo soberana.

— Pois bem – disse o homem – tenho imunidades; sou o senador Leiva, amigo de Bastos.

Retorquiu o comandante no mesmo tom de voz:

— Vossa Excelência há de perdoar-me, Sr. Senador, mas não posso voltar.

Nisso apareceu um indivíduo metido em boas roupas de onde desentranha a cabeça e exclama:

— Que desaforo! Desrespeitar um senador!

O comandante tentou convencer o parlamentar de que se podia servir dos binóculos de bordo, pois os havia muitos; mas o senador intimou:

— Quero o meu binóculo. Não quero outro. Ou o senho volta e eu voto a autorização para o empréstimo da companhia, ou não volta e eu e a minha bancada faremos uma guerra tremenda ao projeto.

À vista disso, o comandante que sabia das dificuldades da empresa, tanto assim que não recebia os seus vencimentos havia três meses, virou de bordo e voltou para buscar o binóculo do senador Leiva, amigo de Bastos.”

Barreto, p. 231.

Capítulo 10

No capítulo, o início da narrativa destaca que os asseclas de Bentes, preocupados com a eleição do general, acharam que o melhor era impedir que houvesse eleições. Secções eleitorais foram fechadas, a cidade foi invadida por valentões, os livros eleitorais não apareceram. Tontonho e Campelo foram vistos confiscando arrebatando tais livros dos carteiros. Foram empregadas ameaças aos responsáveis pelos livros. Também foram oferecidos subornos. Campelo não se fartava de dizer que viesse o homem e ele estaria feito. Bentes fora eleito. O nome de Lucrecio ficara famoso em todo o âmbito da cidade.

“O nome de Lucrecio ficara famoso em todo o âmbito da cidade e subúrbios. Não lhe separavam o nome do general Bentes. Nas próprias notícias dos jornais lá vinham juntos os tópicos que se referiam a ambos.

A ação de Lucrecio foi animada e maravilhosa. Ele destruiu cartazes, apreendeu boletins, rasgou jornais, e, de onde em onde, dava um tiro de revólver.

Foi coisa comum naqueles dias dar tiros de revólver pelas ruas. A polícia nada apurava e o próprio chefe, Juca Chaveco, perguntava aos auxiliares:

— Que foi?

— O Lucrecio deu um tiro ontem.

— Quá! Brincadeira... Pau de fogo às vez queima por si...”

Barreto, p. 233.

Juca Chaveco, o chefe de polícia mostrou-se muito hábil na condução do seu cargo. No inquérito dos crimes de Liberato, escreveu o mais original dos relatórios policiais. Disse o chefe que as balas que atingiram os mortos poderiam ter vindo de outro lugar, visto que as balas de um revólver alcançam muito longe e podiam ter sido disparadas de outro lugar e não daqueles indicados pelos autos. Quanto a Lucrecio:

“Lucrécio foi acusado de dar tiros, a polícia pôs-se em campo e afirmou que não era possível que ele tivesse feito semelhante coisa, a não ser com os pés, pois não tinha as mãos. Barba de Bode apareceu durante alguns dias com os braços dentro do casaco, pedindo, nos botequins que lhe levassem a bebida aos lábios.”

Barreto, p. 234.

O agora famoso Lucrécio recebera a visita do engenheiro Dr. Gama Silveira. Este fora solicitar a Barba de Bode que intercedesse junto ao coronel Contreiras uma promoção para o cargo de engenheiro de primeira classe. A mulher quis saber do que se tratava a visita daquele senhor. Lucrécio a explica. Ângela afirma que o marido arranja tudo para os outros e nada para ele. Lucrécio vestiu-se e desceu em direção à cidade. Ao chegar à rua 1º de Março, encontrou Mme. Forfaible, que não se cansava de andar pela cidade. A esposa do general chamou Lucrécio e perguntou o que que diziam do marido dela. Lucrécio diz não saber e perguntou a senhora se ele não seria senador. Mas ela disse que não e que gostaria de que o marido fosse ministro. Mme. Forfaible indaga também a Lucrécio se era verdade o que se comentava a respeito da mulher de Lussigny e do general Bentes. Lucrécio diz que sim, que o general faz tudo que ela quer. Mme. Forfaible termina a conversa, dizendo que irá procurá-la. Lucrécio foi a Central de Telégrafos para solicitar a Contreiras a promoção do engenheiro.

“Exmo. Sr. Coronel Contreiras – Tatuí – Palmeiras – Respeitosamente peço a V. Exa. promover engenheiro Gama Silveira vinte anos preterido – Lucrécio.”

Barreto, p. 238.

A gestão de Contreiras à frente do Estado das Palmeiras era violenta e repressiva. Bogóloff, chegando ao estado, pediu uma audiência com o coronel. No encontro, Bogóloff fala ao coronel sobre a miséria da população, na lamentável impressão que isso fazia a quem vinha de fora, mas Contreiras contesta essa afirmação, dizendo-lhe:

“— É... É... São uns madraços. Estou tratando de fundar uma colônia correccional. Aquele homem não via que era o próprio governo que estava criando aquela situação; que era, além de outras coisas, a quantidade formidável de impostos cobrados pelos governos municipal, estadual e federal, tornando o trabalho infecundo e afastando o emprego de capitais.”

Barreto, p. 239.

Ao despedir-se do governador, Bogóloff prometeu no dia seguinte ir assistir a uma sessão da Câmara dos Representantes. O russo chegou cedo. Não passavam os congressistas de vinte, mas o número

era de quarenta e cinco. A maioria não frequentava, ficavam em suas fazendas e mandavam unicamente receber seus subsídios. Havia uma cadeira de balanço, que fora ocupada por Contreiras. Lida a ordem, foi anunciado o expediente. Um deputado pediu a palavra.

“— Tem a palavra o deputado Salvador da Costa.

O deputado não abandonou a bancada e começou com voz cantante:

— Senhor presidente – A cidade de Cubango, uma das mais prósperas do nosso interior, berço de tantas glórias, como Manoel Batista, Francisco Costa, o bravo João Fernandes e outros, acha-se, por assim dizer, completamente isolada do resto do Estado. Chamo a atenção de V. Exa. e da Câmara para tão grave fato que muito depõe contra a pública administração. As notícias que me chegam, a respeito do estado das estradas que a põem em comunicação com as suas irmãs do nosso torrão natal, são absolutamente desanimadoras. A inspetoria de obras no seu habitual relaxamento...

Por aí, foi interrompido por um vibrante grito do governador:

— Senta-te, Salvador! Fala agora o João.”

Barreto, p. 239.

Depois da sessão na Câmara, Bogóloff resolveu deixar Tatuí, capital das Palmeiras. Despediu-se do governador. Este comunica a Bogóloff que havia recebido o telegrama de Lucrécio e informa que irá promover Gama Silveira. O russo não retornou diretamente para o Rio. Foi-se demorando nos portos de escala. Em pouco tempo, Lucrécio recebera os telegramas do russo e do governador, avisando que o engenheiro Gama da Silveira fora promovido. A atividade de Lucrécio estava reduzida agora a apreender assovios. A população, roubada nos seus meios de manifestação de seu querer, virava-se para a terrível arma das crianças: a vaia. Todo o trabalho da polícia era caçar assovios.

“Todo o trabalho da polícia fardada, civil, oficial oficiosa, particular, era caçar assovios. Era ver um cidadão com uma gaita, logo lha arrebatava; os doceiros escondiam as flautas com que anunciavam à petizada os quindins que levavam. Lucrécio, alto, espadaúdo, tórax proeminente, com o seu paletó de alpaca, corria a cidade com o bengalão de pequi arrancando assovios. Uns inutilizava na chefatura, mas outros levava para casa. O filho, quando vinha visitá-los, não se apercebia da proibição e apanhava as gaitas. Dava-as às crianças da vizinhança com uma liberalidade de milionário, essas flautas gritantes e sereias agudas, de forma que a rua onde morava Lucrécio se encarregava de fazer voltar à população os assovios que lhe eram arrebatados pelos policiais diligentes.”

Barreto, p. 243.

Já Fuas, no seu jornal, manifestava-se não só contra o apito, considerado por ele um instrumento vexatório, indigno, mas também contra os colegas, insinuando o linchamento dos jornalistas que se opunham às medidas de Bentes para amordaçar a opinião da imprensa. O diretor deixa implícito em seu artigo que se combata tais jornalistas críticos de Bentes como fizeram com Apulcro de Castro, jornalista assassinado por oficiais do Exército em 25 de outubro de 1883 no Rio de Janeiro. Tal jornalista foi taxado de difamatório, abominável pela elite brasileira do Segundo Reinado. O jornalista era redator e proprietário do jornal *Corsário*, veículo de comunicação de forte crítica ao regime imperial de D. Pedro II. Segundo a opinião do narrador, que projeta a própria visão do autor, Fuas desentranhava, com o seu jornal, as mais abstrusas doutrinas e velava as ameaças mais papuas possíveis.

Com a aproximação da posse, essa excitação geral do povo (manifestação por meio dos assovios), despertou na Câmara dos Deputados discussões renhidas. A formação do Congresso era bastante heterogênea. Havia deputados turcos, ingleses, belgas, finlandeses e todos eles conservando orgulhosamente a sua nacionalidade de origem e mal falando o português. Os debates na Câmara eram furiosos e apaixonados. A administração enchia as galerias de valentões, impondo medo aos deputados opositores. Mesmo que um deputado de oposição se referisse muito respeitosamente a Bentes, já era ameaçado por um dos asseclas do presidente eleito com revólver em punho, como a situação a seguir:

“As “salvações” dos Estados não tinham continuado, mas os debates na Câmara eram furiosos e apaixonados. A administração continuando nos seus processos, enchia as galerias de secretas e valentões; e, quando os deputados da oposição se referiam mesmo respeitosamente ao honrado general Bentes, um dos seus asseclas puxava o revólver e apontava-o para o orador, cobrindo-o das mais sujas injúrias.

O presidente da Câmara mandava chamar o entusiasta e dizia-lhe amigavelmente, paternalmente:

— Você não toma juízo, Lucrécio.”

Barreto, p. 245.

No dia 25 de outubro, a sessão da Câmara foi bastante agitada. Os deputados em discursos e apartes em torno das explicações de um deputado “bentiano” que explicou sua atitude ao votar a favor da rejeição do veto oposto ao projeto de venda da Estrada de Ferro do Mato Grosso. Houve uma profusão de comentários em diferentes línguas e que não tinha relação nenhuma com

as explicações do deputado “bentiano”. Transformou-se numa zona. Diante da fala do orador Júlio Barroso, afirmando não ter mais imunidades, não podendo falar livremente como faziam os parentes das influências poderosas, ou seja, os asseclas de Bentes, Numa diz não admitir as insinuações, Numa pediu a palavra para uma explicação pessoal. Toda Câmara esperou que Numa fizesse um veemente discurso, mas pronunciou algumas palavras, frustrando a todos. Foi um fiasco. O genro do Cogominho deixou a Câmara apreensivo. Era preciso apagar aquela imagem; tinha que fazer um discurso sólido no dia seguinte. Mal chegou a casa, procurou Edgarda e contou-lhe o problema. Ele estava combatido. A mulher, muito solícita, prometeu ajudá-lo com o discurso, o que o acalmou. A noite se fez. Numa foi descansar. Dormiu profundamente as primeiras horas. Lá pelo meio da noite despertou, procurou a mulher na cama e não a encontrou. Refletiu um pouco sobre o momento, questionando-se sobre se deveria deixar a política, o motivo daquela teima, mas se abandonasse tudo aquilo, o que seria ele. Concluiu que nada. Então deveria continuar, ir mais longe, ter destaque, era preciso que o chamasse de deputado, senador. Pensou em ir ver a mulher, agradecê-la pelos esforços. Dirigiu-se vagorosamente até o aposento onde ela estava. Ouviu um ciclo, vozes abafadas. Olhou pela fechadura. Edgarda e o primo entre beijos, escreviam o discurso de Numa. Pensou no que deveria fazer, mas concluiu que sua carreira e prestígio, senador... presidente eram maiores do que um adultério.

“Pensou em ir ver a mulher; em ir agradecer-lhe com um abraço o trabalho que estava tendo por ele. Calçou as chinelas e dirigiu-se vagorosamente, pé ante pé, até o aposento onde ela estava. Seria uma surpresa. As lâmpadas dos corredores não tinham sido apagadas. Foi. Ao aproximar-se, ouviu um ciclo, vozes abafadas... Que seria? A porta estava fechada. Abaixou-se e olhou pelo buraco da fechadura. Ergueu-se imediatamente... Seria verdade? Olhou de novo. Quem era? Era o primo... Eles se beijavam, deixando de beijar, escreviam. As folhas de papel eram escritas por ele e passadas logo a limpo pela mulher. Então era ele? Não era ela? Que devia fazer? Que descoberta! Que devia fazer? A carreira... o prestígio... senador... presidente... Ora bolas!

E Numa voltou, vagorosamente, pé ante pé, para o leito, onde sempre dormiu tranquilamente.”

Barreto, p. 251.

7. SOBRE OS PERSONAGENS

Numa Pompílio de Castro – Filho de pequeno empregado de hospital militar, formou-se Bacharel em Direito para obter cargos e proventos. Tornou-se promotor de justiça e juiz de direito, sendo escolhido para a chefatura de polícia, mas sonhava com a Câmara e com o prestígio. Casou-se com Edgarda, filha do senador Neves Cogominho. Eleito deputado federal, atuava de forma apagada até que, com a ajuda da esposa, começou a se destacar no cenário político, tornando-se conhecido e respeitado.

Edgarda – Filha do senador Neves Cogominho. Casa-se com Numa Pompílio. Desejava ser a mulher de um político notável, desfrutando da glória de seu marido. Era tão arrivista quanto ao marido, ambicionando sucesso e brilho na sociedade carioca. Era conselheira do marido, escrevia os discursos de Numa. Mantinha uma relação extraconjugal com seu primo, o ilustrado Benevenuto.

Benevenuto – Primo e amante de Edgarda. Auxiliava Edgarda nas dificuldades políticas, dando consultoria aos discursos de Numa. Era um ilustrado, conhecia bem os meandros da política, atuava diretamente. Perambulava pelos cafés do Rio, travando discussões com Inácio Costa. Inquieta-se bastante com o contexto político do Brasil. É o personagem que mais se aproxima às opiniões de Lima Barreto sobre a política brasileira e a República.

Senador Neves Cogominho – Pai de Edgarda. Político importante, fora eleito governador de Sepotuba. Era médico, mas se dedicou integralmente à política. Aderiu à candidatura de Bentes a contragosto, mas precisava manter os privilégios.

Fuas Bandeiras – Diretor do *Jornal Diário Mercantil*, era imigrante português. Envolve-se com a política e com os arredores da política. Tinha amigos no alto escalão. Fazia bom uso das suas influências para proveito próprio. Junto com Macieira Galvão, o português tinha casa de poker. Alcançara sua riqueza de maneira ilícita. Apoiava Bentes e criticava os jornalistas oposicionistas. Sua generosidade era sempre interesseira.

Dr. Bogóloff – Russo anarquista, imigrara para o Brasil em busca de uma vida sossegada. Dedicava-se à cultura da batata-doce, do aipim e outras culturas. Cansado, instala-se no Rio. Arruinado, é acolhido por Lucrécio Barba de Bode. Deseja viver de expedientes. Consegue uma colocação como Diretor da Pecuária Nacional por meio de seus projetos charlatanescos de transformar porcos no tamanho de bois e bois no tamanho de elefantes.

Lucrécio Barba de Bode – Morador do bairro Cidade Nova, a parte pobre do Rio de Janeiro, abandonara a vida de carpinteiro para se envolver com política.

Era casado com D. Ângela. O mulato tinha a esperança de que um dia conseguiria uma boa colocação na política. Acolheu Bogóloff, prometendo a este uma colocação. Apoiava Bentes e depositava nele as expectativas de um futuro melhor.

Senador Macieira Galvão – Casado com D. Celeste, fora eleito governador do Estado das Palmeiras, mas declinara para não abrir vaga no senado, confiando no seu apoio ao gal. Bentes. Perdera seu prestígio político para o cel. Contreiras, o que o deixou bastante contrariado. Tinha uma amante, a francesa, de nome Arlete. A mãe do senador, D. Alice, tinha um caso com um jovem estudante de engenharia chamado Dr. Felicianinho. Macieira era viciado em poker. Tinha sociedade com Fuas Bandeira nos negócios ilícitos.

Mme. Anita Forfaible – Casada com o gal. Manoel Forfaible. Praticava o ócio matrimonial, batendo pernas pelas ruas do Rio Janeiro, olhando vitrines, tomando chá e visitando as amigas. Atuava nos bastidores para arranjar uma posição melhor para o marido. Desejava que ele fosse indicado ministro.

Inácio Costa – Defensor da República ditatorial, Inácio tinha a estranha mania de política. Estava sempre a par dos reconhecimentos, das manobras, das intrigas. Declarara apoio a Bentes. Foi presidente da comissão organizadora de manifestação de apoio a Neves Cogominho. Era limitado intelectualmente; desprezava o conhecimento acadêmico; gostava de travar amigavelmente contendas políticas com Benevenuto, a que chamava de metafísico. Estimava a palestra de Numa.

Raimundo Costale – Mais conhecido como Xandu, era deputado, mas ambicionava um ministério. Fora empossado como Ministro do Fomento Nacional. Era vaidoso e supunha competente e inteligente. Nomeou Bogóloff como Diretor da Pecuária Nacional.

Arlete – Também chamada de “a francesa”, era a amante de Macieira Galvão. Tinha grande influência sobre o senador. Alcançou importância, sendo bastante solicitada por aqueles que tinham negócios e pendências no contexto político.

Dona Celeste – Esposa de Macieira. Tinha bonacheirice roceira. Era risonha, alegre, virtuosa, mas as tinha ridículas arrogâncias da nobreza campestre. Tinha um certo desdém em tratar os inferiores, um sentimento de propriedade sobre eles e um séquito atroz de pequeninos preconceitos e superstições. Conformou-se com as traições do marido com a francesa Arlete.

Dona Alice – Mãe do senador Macieira Galvão. Corria na cidade que acolhera um amante mais jovem de nome Felicianinho.

Dr. Felicianinho – Jovem estudante de engenharia. Fora acolhido na casa de Macieira Galvão. Era amante de D. Alice, mãe de Macieira Galvão.

Outros personagens:

Ângela – Esposa de Lucrécio. Não tolerava Bentes. Dizia que ele era um homem em quem não se podia confiar.

Lúcio – Filho do casal Lucrécio e Ângela.

Cel. Liberato – Chefe político de Cambuci. Para não perder as eleições no município, realizou uma emboscada, matando alguns eleitores e ferindo outros. Tinha a proteção dos promotores de Bentes.

Cel. Contreiras – Venceu as eleições para governador do Estado das Palmeiras, desbancando o poder político do senador Macieira Galvão, que declinara do cargo, acreditando ter o apoio de Bentes.

Mariquinhas – Amiga de Mme. Forfaible. Casada com Álvaro, um tenente do Exército. Desejava uma promoção para o marido. Acreditava que os militares eram honestos e que a vitória de Bentes produziria uma grande mudança.

Tontonho – Líder de um bando de desordeiros políticos que cometiam atos ilícitos para os políticos. Era protegido de Campelo.

Campelo – Envolvido com os políticos, apoiava Bentes. Fez-se deputado. Dava proteção aos integrantes do bando de Tontonho, evitando as investigações policiais.

Zeca Boneco – Integrante do bando de Tontonho. Cometia as mais diferentes desordens. Extorquia as pessoas do bairro. Foi assassinado pela população ao cometer um latrocínio contra o cocheiro chamado Capote. A polícia não investigava seus crimes por ser protegido de Campelo.

Mulher de Lussigny – Mulher por quem Bentes tem um fraco. Exercia influência sobre o general. Macieira deposita nela suas esperanças, mas não consegue.

Viúva do Dr. Lopo Xavier – Sempre visita as pessoas influentes, pedindo que estas intercedam pela pensão solicitada ao governo, alegando que o montepio era pouco.

Dona Florinda Seixas – Velha que tinha mania de caboclo. Andava com índios e aderira à campanha de Bentes. Fundou uma associação denominada Sociedade Comemorativa do Falecimento do Almirante Constâncio. Organiza um cortejo.

General Manoel Forfaible – Presidia a comissão de inventário do material bélico inutilizado. O general era bonachão, simplório, lento de espírito, já um tanto desmilitarizado; a mulher, porém, era viva, convencida dos bordados do marido e das prerrogativas que os dourados lhe davam. Ela o via a cavalo passando revista às tropas, garboso, ereto na sela, com um olhar de batalha; ele se via sempre em chinelas, lendo os jornais na varanda da casa.

Xisto – Um dos candidatos à presidência. Com o engajamento de vários políticos em torno da candidatura de Bentes, resolve declinar da corrida pela indicação.

Bastos – Era o líder do partido Republicano Radical. Tinha bastante poder político. Numa sempre o acompanhava nas decisões, votando sempre com o líder. Aderiu à campanha de Bentes a contragosto por questões de preservação de sua influência política.

Martinho – Uma das culminâncias da República. Político importante, mas com estranhos comportamentos. Tinha uma coleção de batráquios de todas as regiões do globo. Em matéria de amor, era curioso. Não conquistava, não namorava, não flertava, não amava; comprava.

Senador Carlos Gerpes – Encontrou Edgarda no bonde e sugeriu que Numa fizesse um discurso sobre orçamento do exterior.

Álvaro – Esposo de Mariquinhas, amiga de Mme. Forfaible. Era tenente.

Dona Romana – Tia do senador Neves Cogominho. Morava na companhia de Numa e Edgarda no bairro do Botafogo.

Albuquerque – poeta curioso, só poeta nas salas, só conferencista nas salas, teimoso em sê-lo por toda a parte, mas mesmo os que o conheciam nos salões, não admitiam que o fosse fora deles. Mme. Forfaible gostava de falar com ele e gostava de seus versos.

Salustiano – Primo de Edgarda. Era adversário político de Neves Cogominho. Não consegue alcançar seus objetivos, pois o senador resolve apoiar Bentes frustrando os planos de Salustiano. Não tinha a simpatia de Numa, pois o primo de Edgarda sempre tratava o deputado como “genro do Cogominho”.

Velho Gomes – Avô de Edgarda. Era português de origem humilde. Traficara, enriquecera e fizera-se com os anos uma potência comercial.

Coronel Flores – Antigo adversário político de Neves Cogominho. Era um proprietário de terra. Cometeu crimes, mas não foi punido.

Senador Leiva – O político arrogante que ordena que um navio pare porque ele havia esquecido os binóculos.

Tupini – Caboclo por quem D. Florinda Seixas tem muito apreço.

Gama Silveira – Engenheiro que solicita a Lucrécio que interceda por uma promoção no Estado das Palmeiras.

Deputado Salvador da Costa – Político do Estado das Palmeiras que discursou e foi interrompido por Contreiras aos gritos, dizendo que ele não servia para nada.

Júlio Barroso – Deputado orador.

Juca Chaveco – Chefe de polícia. Não investigava os crimes e desordens de alguns políticos e protegidos de Bentes.

Deputado Pieterzoon – É o político que relaciona a história Numa e Edgarda à mitologia romana. Era gordo, descendente de holandês, mas cuja malícia não tinham nem o peso do seu corpo, nem o da sua raça, disse certa vez: – “Numa ainda não ouviu a Ninfa; quando o fizer – ai de nós!”

8. COMENTÁRIO CRÍTICO

Apoiado numa interessante intertextualidade com a história lendária de Roma, em que Egéria, uma ninfa, a que foi atribuído o papel de esposa e conselheira de Numa Pompílio, o segundo rei de Roma, o romance *Numa e a Ninfa* é um recorte da vida social e política do Brasil da República Velha. É uma obra que espelha, com profunda verossimilhança senão fidelidade, os vícios e os costumes da sociedade política. Tomando como ponto central a vida do casal Numa Pompílio e Edgarda, o narrador construindo uma rede de relações com o contexto do Brasil à época da eleição presidencial de 1910. Há um grande número de tipos interessantes que desfilam pelas páginas do livro sempre em volta com as articulações políticas. São personagens inescrupulosos como Fuas Bandeiras ou mesmo aquele que incorpora a imagem do positivista ingênuo que repete frases feitas, tornando-se uma figura atabalhoada e crente na República Ditatorial como Inácio, exemplo do fanatismo político. Esse esboço ficcional até se confunde com a própria realidade, possibilitando ao leitor da época, e até mesmo os de hoje, identificar na obra personagens que ilustram as figuras políticas do contexto histórico representado, a saber Bentes, que encarna ficcionalmente Hermes da Fonseca.

Na virada do século XIX para o XX, em um cenário habitualmente masculino, de forma improvável, o narrador atribui às mulheres da narrativa o verdadeiro talento e inteligência necessários para a sobrevivência no jogo político. As mulheres exercem um protagonismo velado a exemplo de Edgarda, a ninfa Egéria de Numa Pompílio, o deputado que passa a brilhar por conta dos discursos supostamente escritos por ela. Sem Edgarda Numa não é nada, não sabe como atuar ou como tomar decisões; só mais um doutor, desprovido de sagacidade política e identidade própria. Outro exemplo é Mme. Anita Forfaible, que tenta, por meio de contatos a nomeação do marido para ministro. Assim, ao fazer o contraponto entre os “Numas” e suas ninfas, o narrador faz um contraste que evidencia uma fragilidade do discurso de poder habitualmente atribuído às figuras masculinas.

No entanto, o cerne do debate reside no desenrolar de uma narrativa crítica e irônica sobre o culto à aparência e o arrivismo social, no início do século na capital da República, na qual são evidenciadas as contradições dos primeiros personagens republicanos: políticos, candidatos, militares, jornalistas, madames e pensionistas que vivem uma cultura de fachada. As questões consideradas pelos personagens políticos, como nos demonstra o narrador, se desenrolam na trama não pelo interesse pela coisa pública, tal como proposto pelo novo regime republicano; a narrativa enfoca o que está por “debaixo dos panos”, ou seja, o interesse sempre a serviço próprio. Personagens de alto cacifê exercem seu poder sobre os que querem ascender socialmente e estes respondem com bajulações e a oferta de seus serviços.

As figurações dos membros dessa turma que busca o poder ganham corpo e nome no romance. Vale ressaltar que a obra é um *roman à clef*, ou seja, aquela na qual o autor cria personagens fictícios para falar sobre figuras reais da sociedade.

A representação desse cenário político é retratado na narrativa a partir das famílias patriarcais e tradicionais. Subservientes a esses centros polarizadores de poder, alpinistas sociais se fazem úteis às jogadas políticas, para finalmente fazerem parte de algum círculo de influência e com isso serem beneficiados pelo Estado. Tontonho do Catete, Lucrécio Barba de Bode, Bogóloff, Xandu, são algumas das expressões desse tipo desenhado pelo narrador e arquitetado por Lima Barreto. Todos os caminhos levam à ascensão na carreira política – ou seja, ser nomeado, ganhar um aumento, faturar uma vaga pública. Desde o alto escalão da trama, passando pelas mulheres e por uma porção marginalizada da população, todos estão disponíveis ao poder, visando o uso da máquina política e da máquina pública com finalidade sempre de obter alguma vantagem de interesse particular.

No romance, Lima Barreto dividiu os personagens em dois grupos: os da classe alta e os da classe baixa. Lucrécio, por exemplo, morador do bairro Cidade Nova, a parte pobre da cidade, “que não teve tempo de acabar nem de levantar-se”, é um personagem secundário, mas intensamente significativo. Espoliado na vida humilde de operário, decide entrar para a política a contragosto de sua esposa Ângela, que temia pelo pior, embora sem tanta resistência, pois necessitava de comida na mesa. Na política, Lucrécio sentia-se seguro, passou a usar armas; envolveu-se rolos eleitorais sempre na esperança de arranjar uma boa colocação, vivia dessas esperanças, acreditando na eleição de Bentes e fazendo coro à crença quarteleira dos militares no poder. Está bastante evidente no romance esse contraponto entre o universo republicano das elites (Numa e seus pares) e a presença popular nas franjas do sistema político (Lucrécio e seus companheiros de ocupação). São elites endinheiradas, com aparência refinada e erudita, diante de camadas populares pobres, com aparência grosseira e inculta. O povo nada mandava, embora discutisse nos cafés e ruas da cidade a situação política do Brasil, mas essa opinião era desprezada pelos poderosos.

Não se pode deixar de destacar as constantes intervenções do narrador, tecendo suas críticas ao contexto político brasileiro, pontuando seus comentários com doses de ironia e caricatura. Entretanto, o personagem Benevenuto é desenhado pelo narrador com uma visão política que lembra a do próprio Lima Barreto.

“Benevenuto era desses, desses que aos doze anos, viram as maravilhas do Marechal de Ferro, o regime de irresponsabilidade; e não podia esquecer pequenos episódios característicos do espírito de sua governança, todos eles brutais, todos eles intolerantes, além do acompanhamento de gritaria dos energúmenos

dos cafés. (...) Benevenuto afastou-se cautelosamente daquele fervedouro de patriotas que ele não compreendia, por não querer julgá-los todos interessados e ambiciosos. Havia neles não sei quantas ilusões do poder do governo, da efetiva riqueza da pátria; havia neles tanta maldade, tanta intolerância em nome da República, que Benevenuto os evitava para não e irritar.”

Barreto, 1956, p. 94.

É interessante ressaltar que, para além do retrato crítico e satírico da política brasileira, *Numa e a Ninfa* é um valioso retrato do Rio, realizado por um narrador que muitas vezes “anda” pela capital através das pernas de alguns personagens. Esse “narrador andarilho” vivencia e promove ao leitor o deslocamento de um olhar encantado pela Belle Époque, para uma realidade menos brilhante e ignorada pelo processo de modernização – o teatro social se dá na Rua do Ouvidor e seus arredores; já a vida carioca, propriamente dita, pulsa é na Cidade Nova. Nesse deslocamento, em *Numa e a Ninfa* especificamente, o narrador expõe a nu o jogo espacial traçado entre os tipos de prestígio, os sem prestígio e os que se oferecem como massa de manobra visando ascender socialmente. Exemplo é a descrição precisa do bairro Cidade Nova, habitada por gente trabalhadora, estigmatizada pela pobreza e pela marginalidade, conforme nos mostra o narrador de *Numa e a Ninfa*. Outro personagem que lá habitava é o Dr. Bogóloff, pensionista na casa de Barba de Bode:

“As mesmas razões que levaram a população de cor, livre, a procurá-la [a Cidade nova], há sessenta anos, levou também a população branca necessitada, de imigrantes e seus descendentes, a ir habitá-la também.

Em geral, era e ainda é, a população de cor, composta de gente de fracos meios econômicos, que vive de pequenos empregos; tem, portanto, que procurar habitação barata, nas proximidades do lugar onde trabalha e veio daí a sua procura [do Dr Bogóloff] pelas cercanias do aterrado; desde, porém, que a ela se vieram juntar os imigrantes italianos e outras procedências, vivendo de pequenos ofícios, pelas mesmas razões eles a procuraram.”

Barreto, 1956, p. 84.

O narrador, embora se concentre na cidade do Rio de Janeiro, não escapa ao seu olhar a realidade distante da capital do Brasil. Ao tratar das eleições para vereador em Cambuci, uma cidade longínqua do Rio, o enunciatador destaca a influência política que garantia a impunidade. Assim, para vencer as eleições recorre-se aos métodos da violência e da repressão, tecendo armadilhas contra adversários políticos, realizando as eleições menos democráticas possíveis. O Coronel Liberato, chefe político da região do Cambuci, “estava habituado a vencer ou simular vencer, sem protesto, as eleições.” Com a proximidade da eleição de vereadores, o Coronel percebeu que seu apoio político havia esmorecido apesar das constantes ameaças aos opositores. O velho chefe armou uma emboscada para,

no dia da eleição, ferir e matar os eleitores dos adversários, o que se efetivou. A polícia nada apurou, pois Liberato era protegido dos promotores da campanha de Bentes.

A impunidade também foi tratada na obra com muito crítica pelo autor. O caso de Lucrécio, protegido de Campelo, chefe político, demonstra essa situação. Foi o mulato Lucrécio a personificação do “agente político que garantia a paz nas eleições”. Ex-carpinteiro que buscava ascender socialmente de maneira fácil, encontrou na política um meio de realizar seus intentos. Acabou tornando-se um capanga. Servindo aos interesses de políticos influentes, Lucrécio desfrutava de certa “imunidade” para cometer os seus delitos impunemente. E, como era “coisa comum naqueles dias dar tiros de revólver pelas ruas [e] a polícia nada apurava”, Lucrécio acabou cometendo um crime; quando foi acusado: a polícia pôs-se em campo e afirmou que não era possível que ele tivesse feito semelhante coisa, a não ser com os pés, pois não tinha as mãos. Barba de Bode apareceu durante alguns dias com os braços dentro do casaco pedindo, nos botequins, que lhe levassem a bebida aos lábios.

Sem ouvir os apelos insistentes de sua mulher para que largasse aquela vida, Barba de Bode acreditava que algum dia chegaria a sua vez de ter um lugarzinho no funcionalismo público.

O livro se encerra com o relato de uma sessão da Câmara dos Deputados, na qual surgem dissidências a respeito da pessoa do General Bentes. Numa, para defender o patrão e a si mesmo, faz um discurso fracassado. Com medo de perder prestígio, enseja fazer um discurso no dia seguinte e, para tanto, pede a ajuda da mulher, capaz, como ele não era, de preparar discursos de grande sucesso. Depois de acordar no meio da noite, ele descobre que a mulher o traía com o primo Benevenuto, e que, na realidade, era este quem construíra os seus pronunciamentos. Todavia, a perspectiva de perder o *status* de que desfrutava, o faz voltar a seu quarto para dormir tranquilamente, na certeza de que, na manhã seguinte, o discurso estaria pronto. Assim, confirma-se a imagem de alpinista social e arrivista que Numa encarna ao lado de sua esposa Edgarda, que, embora amasse Benevenuto, não queria perder as glórias alcançadas pelo marido para alimentar o seu ego ao ser cumprimentada ao lado do marido.

Considerando todos esses aspectos, a história de *Numa e a Ninfa* é só pretexto para que o autor, usando de um triângulo amoroso, faça um desnudamento satírico da República brasileira com as suas contradições e seus delitos mais visíveis, seus pecados mais ocultos. Lima Barreto retratou esse período da história brasileira sob muitos ângulos, seja por meio de personagens ambiciosos como Fuas Bandeira, seja por meio de um político tão fajuto como Numa Pompílio, seja nos cortiços ou nos palácios, na cidade grande ou no interior, no espaço público ou privado. *Numa e a Ninfa* mostra a corrupção na política; a ambição desmedida; a falta de oportunidade e de voz para a população mais pobre.

9. EXERCÍCIOS

Texto I

Dizia-se à boca pequena que o projeto tinha por fim acrescer a representação federal de jeito que, na próxima legislatura, tivesse o Congresso os dois terços necessários para rejeitar o “veto” ao projeto de venda de um dos mais importantes próprios nacionais. Cochichavam que tal influência receberia tanto; que tal outro já havia recebido metade da gratificação prometida; que a esposa de um diplomata também tinha interesse no negócio, além de apontarem outros padrinhos, já conhecidos por todos, como protetores de tais cambalachos.

Ao certo, o que havia em torno da proposição parlamentar, o grosso público não sabia, e que ela podia trazer no bojo tudo o que se dizia, era admissível. A imitação do regime político dos Estados Unidos não ficou restrita à Constituição; aos poucos, como consequência ou não, conscientemente ou sem pensamento anterior, a imitação se estendeu aos seus escusos processos de traficâncias em votos e medidas de governo.

A massa, a população interessava-se pelo debate, pesava argumentos, sem suspeitar que tanto esforço de inteligência escondesse uma vulgar mascateação ou um arranjo de políticos.

Fosse a importância do assunto ou fossem os interesses subalternos em jogo, o certo é que ocuparam a tribuna os mais mudos deputados e os mais céticos foram ainda encontrar no fundo deles mesmos, ardor e vigor combativos.

Entre as revelações parlamentares que surgiram no momento, uma causou espanto. Era quase desconhecida da Câmara, e completamente do público, a existência do Deputado Numa Pompílio de Castro.

Apesar de nome tão auspicioso para o ofício de legislador, os próprios contínuos não lhe guardavam com facilidade nem o nome nem os traços fisionômicos. Durante muito tempo, chamaram-no de Nuno; e, nos primeiros meses de seu mandato, frequentemente impediram-lhe a entrada em certas dependências, a menos que o fizesse pela porta por onde penetrara na véspera. Reconhecido e empossado, não deu sinal de si durante o primeiro ano e meio de legislatura. Passou todos esses longos meses a dormir na sua bancada, pouco conversando, enigmático, votando automaticamente com o líder e designado pelos informados como – “O genro do Cogominho”. Era o deputado ideal; já se sabia de antemão a sua opinião, o seu voto, e as suas presenças nas sessões era fatal. Se na passagem de algum projeto, anteviam dificuldades na obtenção da maioria, contavam logo com o voto do “genro do Cogominho”. Ele vota conosco, diziam os cabalistas, a questão é saber o que o Bastos quer e o líder manda.

A sua colaboração, por esse tempo, para a felicidade nacional, se não foi fecunda, foi das mais tácitas de que se há notícia.

O deputado Pieterzoon, um gordo descendente de holandês, mas cuja malícia não tinham nem o peso do seu corpo, nem o da sua raça, disse certa vez: – “Numa ainda não ouviu a Ninfa; quando o fizer – ai de nós!”

Numa e a Ninfa, Lima Barreto.

- No primeiro parágrafo do texto, observa-se que o autor revela uma das faces do universo político. Trata-se do(a)
 - polarização ideológica que se irá observar no romance.
 - loteamento de cargos entre os apadrinhados dos políticos.
 - disputa pela liderança do Congresso.
 - indicação dos possíveis candidatos à presidência.
 - revolta dos grupos minoritários na Câmara dos Deputados.
- O trecho “...rejeitar o ‘veto’ ao projeto de venda de um dos mais importantes próprios nacionais” em relação ao conjunto da obra alude ao projeto
 - Criação de um novo estado.
 - Perdão da dívida da companhia Loyd.
 - Estrada de Ferro de Mato Grosso.
 - Ressurgimento da Pecuária Nacional.
 - Privatização do jornal *Mequetrefe*.
- No trecho “Apesar de nome tão auspicioso para o ofício de legislador...”, o adjetivo “auspicioso” já sugere, considerando o contexto da narrativa, o recurso do (a)
 - intertextualidade.
 - metalinguagem.
 - epifania.
 - psicologismo.
 - caricatura.
- Leia o seguinte parágrafo.

A massa, a população interessava-se pelo debate, pesava argumentos, sem suspeitar que tanto esforço de inteligência escondesse uma vulgar mascateação ou um arranjo de políticos.

A leitura do parágrafo no contexto da obra significa que o povo em relação à política apresentava

- uma visão crítica, influenciando as decisões dos deputados.
- um engajamento desinteressado pelas questões políticas.
- um compromisso com os partidos da situação.
- um desinteresse pela rotina pública do mundo político.
- uma dedicação inócua em face aos conluios políticos.

5. No segmento “...os próprios contínuos não lhe guardavam com facilidade nem o nome nem os traços fisionômicos”, o termo “lhe” exerce função de:

- objeto indireto, apresentando comportamento remissivo.
- adjunto adnominal, assumindo valor de posse.
- complemento nominal, desenvolvendo coesão anafórica.
- objeto direto, apresentando valor adjetivo.
- sujeito de infinitivo, assumindo função substantiva.

6.

Apesar de nome tão auspicioso para o ofício de legislador, os próprios contínuos não lhe guardavam com facilidade nem o nome nem os traços fisionômicos. Durante muito tempo, chamaram-no de Nuno; e, nos primeiros meses de seu mandato, frequentemente impediram-lhe a entrada em certas dependências, a menos que o fizesse pela porta por onde penetrara na véspera. Reconhecido e empossado, não deu sinal de si durante o primeiro ano e meio de legislatura.

Com relação aos aspectos gramaticais e semânticos, analise as assertivas:

- O trecho “nem o nome nem os traços fisionômicos” constitui um paralelismo sintático com adição de sentido negativo;
- A expressão “de Nuno” constitui um exemplo de complemento nominal;
- O termo “lhe”, de “...impediram-lhe a entrada”, encontra correspondência sintática no termo “lhe”, de os próprios contínuos não lhe guardavam com facilidade nem o nome nem os traços fisionômicos”.

Está correto o que se diz em:

- I, II e III.
- I e II.
- I e III.
- III, apenas.
- II e III.

7. Observe o trecho:

A sua colaboração, por esse tempo, para a felicidade nacional, se não foi fecunda, foi das mais tácitas de que se há notícia.

O trecho deixa entrever uma das características marcantes da obra, a saber:

- o discurso de autoridade.
- a epifania reflexiva.
- o monólogo interior.
- o humor irônico.
- a deformação impressionista.

8. Leia.

O deputado Pieterzoon, um gordo descendente de holandês, mas cuja malícia não tinham nem o peso do seu corpo, nem o da sua raça, disse certa vez: – “Numa ainda não ouviu a Ninfa; quando o fizer – ai de nós!”

A fala do deputado Pieterzoon antecipa para o leitor:

- O adultério de Edgarda com o primo.
- O ócio matrimonial da esposa de Numa.
- A fé de Numa em crenças pagãs.
- A consultoria de Benevenuto ao esposo da prima.
- O triunfo de Numa em face dos conselhos de Edgarda.

9.

Dizia-se à boca pequena que o projeto tinha por fim acrescer a representação federal de jeito que, na próxima legislatura, tivesse o Congresso os dois terços necessários para rejeitar o “veto” ao projeto de venda de um dos mais importantes próprios nacionais. Cochichavam que tal influência receberia tanto; que tal outro já havia recebido metade da gratificação prometida; que a esposa de um diplomata também tinha interesse no negócio, além de apontarem outros padrinhos, já conhecidos por todos, como protetores de tais cambalachos.

Com relação aos aspectos coesivos e semânticos presentes no trecho, considere as afirmações:

- A expressão “por fim” sinaliza para uma sequência de valor consecutivo;
- A expressão “próprios nacionais” remete à ideia de estatais do governo;
- A expressão “tal influência” constitui um elemento dêitico.

Está correto o que se diz em:

- I, II e III.
- I e II.
- II e III.
- II, apenas.
- III, apenas.

10. Leia.

A massa, a população interessava-se pelo debate, pesava argumentos, sem suspeitar que tanto esforço de inteligência escondesse uma vulgar mascateação ou um arranjo de políticos.

No trecho, o termo “mascateação”, considerando sua origem primitiva, pode ser substituído, sem que haja prejuízo de sentido, por:

- “negociação”.
- “apadrinhamento”.
- “influência”.
- “roubalheira”.
- “apropriação”.

Texto II

A mulher de Lucrécio, Ângela, era mulata como ele, mas franzina, um pouco mais clara, feia, avelhantada precocemente e docemente triste; a irmã era forte, mas pesada de corpo, um rosto curto e nariz grosso e uns olhos empapuçados. Era casada, mas do marido não tinha notícias e perdera os filhos em pequena idade. Lucrécio, depois de banhar-se, pediu à mulher que lhe desse de almoçar; queria sair cedo.

— Já está pronto o que há – disse ela.

Barreto, 1956, p. 88.

11. Com relação à esposa de Lucrécio no conjunto da obra, pode-se afirmar que:

- I. A ocupação cultural da esposa de Lucrécio se restringia à fé no jogo do bicho, depositando suas esperanças de uma vida mais prodigiosa;
- II. A mulher de Lucrécio compartilha da mesma crença do marido quanto à candidatura de Bentes à presidência da República;
- III. A esposa de Lucrécio reprovava o envolvimento de Lucrécio com a política, mas precisava de comida na mesa, o que a fazia tolerar com restrições.

Está correto o que se diz em:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) II e III.
- e) III, apenas.

12. Na descrição da mulher de Lucrécio, o narrador recorre à figura da

- a) hipérbole.
- b) metonímia.
- c) hipálage.
- d) antonomásia.
- e) sinestesia.

Texto III

A velha D. Romana, com a volta naquele dia, do esplendor da antiga morada, remoçou, tornou-se ativa e não cessava de ir de uma sala para outra, perscrutando os desejos dos convidados. A neta conversava com algumas amigas, sem deixar o lugar que ocupara logo em começo. Procurava sopitar a impaciência com que esperava a chegada dos manifestantes, mas D. Celeste adivinhara-a e observou:

— É mesmo uma maçada, minha filha. A política – que coisa! Você deve ter gasto muito!

— Alguma coisa!

— Eu é que não queria receber dessas manifestações – dão no bolso! Todo o mundo quer ser político. É porque não sabem quanto custa. Mme. Costale, esposa do Xandu, aventou por aí:

— Tudo é assim, D. Celeste: visto de fora é muito fácil, mas cá do lado de dentro é que são elas... Xandu, só em “facadas” gastou o ano passado um terço do subsídio... Pensam que os políticos ganham muito, mas é um engano.

— Ganham alguma coisa – disse D. Celeste – mas gastam muito. E as manifestações?

— Cada profissão – disse Mme. Forfaible, – tem os seus espinhos e não são só os políticos que ganham pouco. Meu marido...

— Sim – disse Mme. Costale – seu marido não tem que lidar com tanta gente.

— É o que me aborrece! – disse D. Celeste. – Que caras! Não sou nenhuma rainha, mas suportar gente tão mal vestida... Qual! É demais!

— Edgarda – disse Mme. Forfaible – é que não se aborrece.

— Eu – acudiu a mulher de Numa – não os aborreço, nem os estimo; suporto-os e os acho necessários.

— Pois olha, Edgarda – fez a esposa de Xandu, – se eu pudesse...

— Que é que fazia? – perguntou Mme. Forfaible.

— Mandava tudo para o Acre.

— E quem elegia o marido de você? – indagou, sorrindo, Edgarda.

— Quem?

— Isso não é preciso – disse Mme. Forfaible. – Deviam ser nomeados. Os generais não são?

— Mas os generais – refletiu Edgarda, não são representantes da Nação.

— Você diz isso, porque não é casada com um general... Quem vai para a guerra? O que é mais difícil: falar na Câmara ou ir para a guerra? O Manoel tem mais serviços que muitos, entretanto ainda não foi para o Supremo. É verdade! Quem ficará na guerra, Edgarda?

— Não sei. Por ora...

— Eu sei; o Chaves ficou provisoriamente. Mas quem vai? D. Celeste sabe?

— Não sei. Quem vai para o Ministério é cá o marido da minha amiguinha... E apontou o leque para Mme. Costale.

— Ora! – fez ela com um riso chocho. – Dizem isto há tanto tempo.

— Agora vai – confirmou Edgarda.

— Você é bem feliz – disse Mme. Forfaible; – meu marido é que não arranja nada. Não tem sorte.

13. O trecho do romance relata o diálogo entre as esposas dos políticos presentes em um evento. Trata-se do (a)

- a) lançamento da campanha de Bentes à presidência.
- b) manifestação de apoio a Neves Cogominho.
- c) cortejo para celebra o Almirante Constâncio.
- d) comemoração à vitória de Numa.
- e) adesão de Inácio Costa a Neves Cogominho.

14. No texto, a visão de Edgarda sobre o povo assenta-se na perspectiva do (a)
- solidariedade.
 - indiferença.
 - utilitarismo.
 - comodismo.
 - cooperação.
15. Na conversa entre as mulheres, fica explícita:
- o desprezo da elite pelas camadas populares.
 - a crítica de Lima Barreto à elite política.
 - o ócio matrimonial das esposas dos políticos.
 - a caricatura das mulheres ricas do Brasil.
 - o protagonismo das mulheres na obra.
16. No trecho, duas personagens representam o arrivismo na obra, agindo nos bastidores para que seus maridos alcancem prestígio político, a saber:
- Mme. Forfaible e Mme. Costale.
 - Mme. Costale e Edgarda.
 - Edgarda e D. Romana.
 - Edgarda e Mme. Forfaible.
 - Edgarda e D. Celeste.
17. No trecho, quando à condução da narrativa, observa-se a presença do (a)
- discurso indireto livre.
 - monólogo interior.
 - fluxo de consciência.
 - digressão narrativa.
 - polifonia.
18. No trecho “Procurava sopitar a impaciência com que esperava a chegada dos manifestantes”, o termo sopitar poder ser substituído, sem que haja alteração de sentido por:
- entorpecer.
 - fortalecer.
 - suportar.
 - equilibrar.
 - combater

Texto IV

Lendo a notícia, lobrigou Barba de Bode alguma coisa de anormal nela. Como toda gente, ele estava habituado a considerar Palmeiras como sendo de Macieira, porque cada Estado era de certos e determinados que o presidente dava. Não se dizia até que Bentes tinha dito ao Crescêncio: “ – Doutor, não lhe posso fazer ministro; mas dou-lhe o Sernambi?”

Palmeiras era de Macieira desde muito tempo; Bentes tinha confirmado a doação – como é que agora o presidente que Macieira queria para o Estado podia sofrer contestação? Ele sabia perfeitamente que a propriedade

desses homens é sempre disputada. Ninguém lhes disputa a casa, o casaco, as jóias; mas os Estados, há sempre uns galfarros que lhes disputam. A Neves Cogominho era Salustiano; mas o Macieira ele não sabia quem fosse. Conhecia o coronel Contreiras... Era um oficial limpo, alto, severo... Que ele se metesse em política, Lucrecio não sabia. É verdade que Bentes... Mas Bentes! Bentes tinha o exército em peso...

— Não é possível! Não é possível!

E atirou com zanga o jornal para o lado. Apanhou-o ao fim de algum tempo.

Leu o tópico de novo e de novo exclamou:

— Não é possível! Não é possível! É intriga!

Numa e a Ninfa, Lima Barreto.

19. No segundo parágrafo, observa-se:
- A fusão da voz do narrador com a do personagem por meio do discurso indireto livre.
 - A voz narrativa assume, por meio do discurso indireto, a voz das personagens.
 - A condução narrativa por meio unicamente do discurso direto.
 - A limitação da voz do narrador onisciente, cedendo espaço para a fala da personagem.
 - A fragmentação da onisciência narrativa por meio da digressão do narrador.

20.

Lendo a notícia, lobrigou Barba de Bode alguma coisa de anormal nela.

Como toda gente, ele estava habituado a considerar Palmeiras como sendo de Macieira, porque cada Estado era de certos e determinados que o presidente dava. Não se dizia até que Bentes tinha dito ao Crescêncio:

“ — Doutor, não lhe posso fazer ministro; mas dou-lhe o Sernambi?”

Com relação aos aspectos gramaticais, considere as assertivas:

- As duas ocorrências do termo “como” apontam para a mesmo valor semântico e morfológico;
- O termo “até” é um morfema relacional com valor de limite temporal, o que o classifica como preposição;
- A oração “que Bentes tinha dito ao Crescêncio” desenvolve valor substantivo com função de sujeito.

Está correto o que se diz em:

- I, II e III.
- I e II.
- II e III.
- III, apenas.
- I e III.

Bibliografia

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 201.

BOTELHO, Denilson. *Numa e a ninfa: a história de um “romance da vida contemporânea” de Lima Barreto*. In: Anais do VII Simpósio Nacional de História Cultural Escritas, Circulação, Leituras e Recepções Universidade de São Paulo – USP, SP 10 e 14 de nov. 2014.

Disponível em:

[http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Denilson %20Botelho.pdf](http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Denilson%20Botelho.pdf). 2014, p.7. Acesso em: 21 maio 2021.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o Fim do Sonho Republicano*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1995.

GILENO, Carlos Henrique. *Numa e a ninfa: dilemas e impasses da formação da sociedade republicana*. São Paulo: Perspectivas, 2003, p. 125-136.

Disponível em:

<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/377/262>. Acesso em: 21 maio 2021.

LIMA, Elizabeth Gonzaga de. *Avesso de utopias: Os Bruzundangas e As aventuras do Doutor Bogóloff*. Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.

PINTO, Rose Maria. *O discurso às avessas em Numa e a ninfa de Lima Barreto*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2012.

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	E	B	C	D	E	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	E	B	C	A	D	E	A	A	D

**Anotações**

SUPERVISOR(A)/DIRETOR(A): MARCELO PENA – AUTOR(A): PAULO LOBÃO
DIG.: EDNA – REV.: KATIARY